

OBSERVAÇÕES SOBRE O ESTUDO DA PALEOGRAFIA EM PORTUGAL

Por
ANTÓNIO CRUZ

«Dou-lhe o nome de Observações, para que se me não possa exigir a Erudição, que é alheia do mesmo fim, que me proponho; não me obrigando a mais, que a produzir os Documentos e razões, que levam a estabelecer certa regra...»

João Pedro Ribeiro, no prólogo das *Observações Históricas e Críticas para servirem de Memórias ao Sistema da Diplomática Portuguesa*.

São tão informes quanto desambiciosas as Observações que vão ser feitas nas páginas seguintes. Ditou-as apenas o propósito de facilitar o estudo, servindo-lhes de guia, a todos os alunos da disciplina de Paleografia e Diplomática da Faculdade de Letras do Porto.

Na falta de um compêndio ou manual, devidamente actualizado, de autor português, e sendo difícil a aquisição de obras de autores estrangeiros que se consagram a esta especialidade, até porque, na quase totalidade, estão esgotadas, julgamos necessário proceder assim — e desde já pelo que diz respeito ao estudo da Paleografia e da Diplomática em Portugal. Ao menos, a sistematização há-de servir para mais fácil orientação de consultas a efectuar, e consequentemente, como auxiliar do trabalho pessoal e esforço do próprio aluno.

Já assinalou o Prof. Rui de Azevedo ⁽¹⁾ que os estudos da nossa

⁽¹⁾ Rui de Azevedo, *Estudos de Diplomática Portuguesa. I. Documentos falsos de Santa Cruz de Coimbra* (Lisboa, 1932).

Diplomática — e também, por afinidade, os de Paleografia, devemos acrescentar — tiveram auspicioso início com João Pedro Ribeiro, a quem «não faltou saber e pendor docente para criar escolas». Porém, o precioso espólio do Mestre, dado o contributo de estudos posteriores trazido à especialidade destas ciências, apresenta-se hoje como um conjunto de rudimentos carecidos, num ou noutro ponto, de aclarações e que também devem ser completados, na medida em que o mesmo contributo o permita ou imponha.

Há, de investigadores portugueses, estudos dispersos que são do foro da nossa Diplomática e da Paleografia. No lugar competente, serão recenseados, ao menos, os principais. Complementares dos trabalhos de João Pedro Ribeiro, interessam sobremaneira neste particular. Todavia, sendo muitos desses estudos a prova bastante dos conhecimentos, do aturado estudo e até da natural inclinação dos seus autores, nem um só, no seu conjunto e sistematização, é ainda aquela «obra científica e didáctica portuguesa em que nos possamos apoiar», como também anota o Prof. Rui de Azevedo. De tão dispersos e de tão fragmentados que são, obrigam a trabalho de pesquisa muito demorado e impõem uma selecção posterior dos ensinamentos recolhidos, através do seu confronto e pela via da utilidade. Ao cabo, tem de se concluir que é imprescindível também a consulta de autores estrangeiros, fazendo-o, no entanto, sob o risco de nem sempre as suas conclusões corresponderem ao que se observa nos diplomas e códices portugueses, e ainda e sempre com a maior das dificuldades, uma vez que a bibliografia sobre a matéria, não tendo nas bibliotecas públicas uma representação condigna, difficilmente pode ser, hoje, actualizada ou completada, pela razão já acima exposta.

Supomos explicado e justificado o propósito que nos moveu, quando nos decidimos a coligir estas informes e desambiciosas notas para servirem de introdução ao mesmo estudo da Paleografia. E não será preciso dizer, ao que julgamos, das razões que estão na origem de certo desenvolvimento que foi dado, ainda que em breves Observações, à parte dedicada aos estudos da Diplomática e da Paleografia em Portugal, depois de esquematizada a origem e evolução dos mesmos estudos, antes e após Mabillon.

1. A Diplomática, na definição de João Pedro Ribeiro, «é a Ciência dos Diplomas, isto é, a que nos ensina a avaliar com exactidão os antigos Diplomas, distinguindo os verdadeiros dos

falsos, ou duvidosos» (1). Considera-a Manaresi como «a ciência que tem por objecto as atestações escritas, de conteúdo e significado jurídico (*documenti*)» (2). Recentemente, Georges Tessier, professor da École des Chartes, de Paris, ao occupar-se do objecto da Diplomática, precisou que lhe cabe descrever e explicar a forma dos actos escritos, para assim julgar a autenticidade ou verosimilhança de todas as modificações exibidas por esses actos e que tiveram origem nas circunstâncias inerentes à sua elaboração, na qualidade das pessoas a quem coube redigi-los e escrevê-los, nos modelos acessíveis aos notários ou escribas, e na própria cultura do meio, susceptível de influenciar as disposições neles contidas. O labor diplomático de uma sociedade pode assim reflectir, de certa maneira, o seu particular grau de civilização (3).

É o mais amplo o conceito de Diplomática, na definição de Tessier, de passo que não lhe são atribuídos, quanto ao seu objecto, os limites de um quadro puramente histórico, uma vez que, no tempo e no espaço, e considerando também a própria forma de que se revestem os testemunhos que a Diplomática tem de julgar, eles não são os limites consagrados.

Para melhor nos aporebermos da evolução do conceito e objecto da Diplomática, balizada por meio das definições que lhe foram dadas em três épocas diferentes, é de referir a própria etimologia da palavra Diploma (que quer dizer, ensinava João Pedro Ribeiro, «cousa dobrada em duas») bem como a mesma evolução que conheceu o respectivo significado.

Na primitiva acepção, era o diploma o conjunto de duas *tabui-nhas* ou, em tempo futuro, de duas placas de bronze ligadas entre si, nas quais os romanos transcreviam o texto das constituições

(1) João Pedro Ribeiro, *Dissertações cronológicas e críticas*, tomo IV (Lisboa, 1867, 2.^a edição).

Foi este portuense o primeiro investigador a dedicar-se ao estudo da Diplomática como ciência auxiliar da História, considerando como ramos da mesma ciência, e incluídas no seu âmbito, a Paleografia e a Esfragística.

(2) Manaresi, artigo *Diplomática*, na *Enciclopédia Italiana*, vol. XII. Giacomo Bas-capé, também diplomata italiano, considera esse artigo, consagrado à Diplomática geral e especial, como a mais moderna e apurada exposição sobre a matéria da parte de um autor italiano. Assim o afirma no prefácio da edição de 1942 do Tratado de Cesare Paoli intitulado *Diplomática*.

(3) Georges Tessier, *La Diplomatie*, Paris, 1952. Colecção «Que sais-je?».

imperiais, de toda a vez que era atribuído o direito de cidadania a um militar que se distinguira pelos seus feitos honrosos. Suetônio classifica já de diplomas todos os actos imperiais. Por seu lado, Cícero designa assim as cartas particulares. Daqui se infere que o diploma, por esse tempo, era o documento dobrado em dois.

Com os alvares do Renascimento, os humanistas, sobretudo os historiadores, ressuscitaram um vocábulo que a Idade Média ignorou. A palavra Diploma passou a servir então para designar, num sentido genérico, todo o *acto* escrito que assenta num formulário e que dimana de uma chancelaria, eclesiástica ou civil, ou que foi lavrado por determinação ou com a intervenção de pessoa qualificada.

2. Foi o beneditino francês D. Bernardo de Montfaucon, em 1708, o primeiro a usar, mesmo no título de uma obra, a palavra Paleografia, quando intitulou de *Palaeographia Graeca sive de ortu et progressu litterarum* o seu estudo de diversos códices gregos que, para o efeito, agrupou cronologicamente (4). Porque assinalou, relativamente a cada um desses códices, o tipo de letra por ele exibido, porque cuidou de identificar o respectivo autor e porque juntou, a todas estas, algumas outras informações de natureza vária, o sábio beneditino lançou assim os fundamentos de uma nova ciência, delimitando à Paleografia um campo de acção bem estreitado do que cabe à Diplomática, posto que, por vezes, a parecer incluso neste.

Iniciava-se, por este modo, o movimento que devia conduzir à autonomia da Paleografia como ciência, desintegrando-a, tal e qual como veio a acontecer depois e relativamente a outras ciências, dos domínios da Diplomática. E se através da etimologia vimos a concluir que ela se refere a *escrita antiga*, daí deduzimos que a mesma palavra designa aquela ciência que se consagra ao estudo de qualquer escrita antiga e de todas elas, sem restrição

(4) Refere Alphonse Dain, no capítulo *Introduction à la Paléographie* do volume *L'Histoire et ses méthodes* (Paris, 1961) que Montfaucon empregou, e então verdadeiramente pela primeira vez, o termo *Paleografia* numa carta sua de 14 de Janeiro de 1708, ao referir o título da obra que foi publicada nesse mesmo ano.

O autor, como haverá o ensejo de referir outro lugar, era monge da congregação de S. Mauro: *Presbyter & Monachus Benedictinus é Congregatione S. Mauri* — acrescentava ele ao seu nome, na dedicatória da sua *Paleographia Graeca*.

de lugar ou tempo e também independentemente do próprio suporte da mesma escrita.

Nesta aceção, havia de ser considerado como mais amplo o objecto da Paleografia: tanto lhe cabia o estudo, em ordem à sua interpretação e transcrição, de um papiro, de um pergaminho ou de um texto manuscrito sobre papel, como de um outro fixado sobre placas de madeira ou bronze ou cinzelado no mármore; de um texto grafado em sinais cuniformes, como de outros que o tenham sido em hieróglifos ou sobre tabuinhas enceradas.

Todavia, sempre foi determinada alguma restrição ao campo da Paleografia, ainda que mais de ordem subjectiva do que por outra razão. E assim, já o portuense João Pedro Ribeiro a definia como «aquela parte da Diplomática que pelo carácter ou letra, em que se acham escritos os Documentos antigos, nos ensina a julgar da sua idade e veracidade, e ainda a determinar o território ou Nação a que pertencem» (5).

Porque teve em atenção o princípio de que à Paleografia, como ciência, cabia o estudo de toda e qualquer escrita, Muñoz y Rivero estabeleceu que esse mesmo estudo visava dois fins principais: ler e interpretar as escritas antigas e ainda conhecer de todos aqueles elementos, relativamente a cada período, que permitam julgar da autenticidade ou falsidade de um documento, assinalando também uma data a todos os que a não exibam.

Compreendendo assim o estudo de toda a classe de monumentos escritos — quer se trate de documentos, quer de moedas, medalhas, inscrições, selos, etc. — a Paleografia, segundo Muñoz y Rivero, poder-se-á dividir em:

- a) *elementar* — quando analisa os elementos gráficos de cada época e país, em ordem a reunir os elementos necessários para a sua interpretação; ou
- b) *crítica* — se, partindo desses elementos, julga da autenti-

(5) V. João Pedro Ribeiro, *Dissertações*, na dissertação XV: *Sobre a Paleografia de Portugal*.

A restrição fundamenta-se na própria noção de Documento que o autor exprime, fazendo-o nestes termos:

«O Monumento e Documento é acompanhado de letras, e a sua matéria os distingue entre si, sendo a dos Documentos ordinariamente as peles dos animais e o papel».

cidade ou falsidade dos documentos respectivos, assinalando-lhes uma data a partir do carácter da escrita.

Atendendo ainda ao seu objecto, a Paleografia pode também ser classificada por esta forma, de acordo com o pensamento de Muñoz y Rivero:

- a) *Diplomática* — quando estuda a escrita própria dos diplomas ou documentos, não devendo, porém, confundir-se com a *Diplomática* na acepção da ciência que se ocupa do estudo das características dos mesmos diplomas ou documentos;
- b) *Bibliográfica* — quando estuda a escrita própria dos códices e outros livros manuscritos, podendo então considerar-se como um ramo da Bibliografia;
- c) *Numismática* — quando estuda as legendas ou inscrições das moedas e das medalhas, devendo então considerar-se uma parte integrante da mesma Numismática, na acepção de ciência dedicada a tal especialidade;
- d) *Epigráfica* — quando estuda a escrita das inscrições antigas, gravadas em matéria dura, devendo considerar-se, como tal, um ramo da própria ciência da Epigrafia (*).

Justificando a sua teoria, no particular das divisões e classificações que estabeleceu, o tratadista espanhol Muñoz y Rivero faz uma observação expressa nestes termos:

«Esta divisão da Paleografia, posto que tenha sido combatida por alguns (que supõem que no estudo paleográfico não cabe estabelecer distinção entre a escrita de uma lápide, de um documento ou de um livro da mesma época e nacionalidade) encontra-se devidamente justificada pela circunstância, quase constante na história da escrita, de ser muito diferente a escrita do documento, do livro, da moeda e da inscrição contemporâneos. Assim, observe-se, por exemplo, que na época romana é usada a letra capital para as lápides,

(* Muñoz y Rivero, *Manual de Paleografía Diplomática Española*, Madrid, 1917, 2.ª edição.

predominando a uncial nos códices e a minúscula nos documentos; que nos séculos VII a XII, a forma *assentada* da letra visigótica *redonda* predomina na Espanha, nos códices, sobre a cursiva, que é de uso mais frequente nos documentos; e que nos séculos XVI a XVII são usadas, nestes, as letras processual e cortesã, assim como a *itálica* nos livros manuscritos».

Numa evolução posterior do conceito que dominava no seu tempo e assim foi expresso por Muñoz y Rivero, entendeu-se como objecto da Paleografia a leitura e interpretação da escrita dos textos de carácter diplomático ou literário (documentos e códices), tendo em consideração a letra, as abreviaturas, os sinais auxiliares, etc.; a localização dos mesmos textos no tempo e no espaço; e ainda a crítica de quaisquer erros ou adulterações por eles exibidos. A Paleografia conquistava assim, gradualmente, os foros de verdadeira ciência das escritas antigas.

Resultou desta evolução, como já foi sublinhado por Alphonse Dain (⁷), que a Paleografia tem, hoje, um sentido mais geral, uma vez que o seu objecto passou a ser tudo quanto interessa ao conhecimento da origem, natureza e desenvolvimento da escrita.

A Paleografia tem de estudar, portanto, o suporte da própria escrita, ou seja a matéria sobre a qual se fixou um texto, bem como os instrumentos que permitiram essa fixação. E ainda como ciência que viu ampliado o seu campo de acção, cabe-lhe estudar todo e qualquer documento escrito, e assim também os manuscritos existentes, regra geral, nas bibliotecas.

Nesta acepção, que não conhece, a bem dizer, quaisquer limites, quer no tempo, quer no espaço, a Paleografia há-de estudar todos os sinais convencionais que permitem a fixação e conservação da língua de um povo. E assim a língua falada como a cantada — pois que também há a ciência denominada Paleografia Musical.

Dain admite, por fim, que o próprio âmbito da Paleografia, por força da evolução sofrida, agora aos poucos se restringe, uma vez que a mesma evolução vai contribuindo para a génese de outras ciências. Ao lado da *ciência da escrita e seu suporte*, que

(⁷) Alphonse Dain, cap. e obr. citados.

é a Paleografia, surgiu, há pouco mais de vinte anos, uma ciência nova, a *Codicologia* — cabendo-lhe o estudo do *códice* ou livro manuscrito e considerando-o, para o efeito, na sua origem, no uso que teve, na colecção em que se integrou ou integra, etc..

3. Poder-se-á dizer que os precursores da Diplomática, mesmo na acepção em que hoje a consideramos como ciência, foram todos aqueles que algum dia e antes de Mabillon careceram de analisar qualquer documento, nas suas características internas como nas externas, para averiguar da sua autenticidade.

Impondo-se combater as falsificações, que se multiplicam, sobretudo, desde os séculos XII ao XIV, quem tentado ou obrigado a fazê-lo tinha de empreender esse exame e por tal via iniciar-se no conhecimento de pormenores em que haviam de assentar, depois, certas normas, quando de um exame posterior. Despertava assim, se não uma ciência, ao menos o sentido crítico. Coincidiu com esse despertar a renovação dos métodos de investigação e a reforma da própria construção histórica.

O mesmo espírito crítico, depois de incidir sobre documentos de autenticidade duvidosa, foi origem de discussões que se travaram nos fins do séc. XVI e princípios do seguinte, quando se recorria já, por sistema, às fontes documentais e era necessário interpretá-las, para bem as utilizar. Foram essas as chamadas *Bella diplomatica*, que tendo sido iniciadas com as disputas de carácter jurídico ou genealógico, logo se transferiram ao campo da História.

Entretanto, e na sequência de toda uma obra que visava o renascimento da própria Ordem Beneditina, foi criada a congregação de São Mauro, que tinha a casa-mãe em S. Germain des Prés, onde os maurinos iniciaram a pesquisa e interpretação daquelas fontes que interessavam ao estudo da História, da Paleografia e da Hagiografia, submetendo-as à crítica. Por outro lado, a Companhia de Jesus iniciava, simultâneamente, a recolha de subsídios que se destinavam a escrever e ilustrar os *Acta Sanctorum*, graças à iniciativa do Padre João Bolland. Reunidos outros jesuítas à volta do culto sacerdote, para de colaboração empreenderem a magna empresa, logo formaram escola e vieram a ser conhecidos como *bolandistas*.

Pelo seu espírito crítico, destacou-se, no grupo dos bolandistas,

o Padre Daniel Papenbroek. Foi ele o verdadeiro iniciador da crítica científica, no seio da escola do Padre João Bolland. Não hesitou em distinguir, sempre que havia lugar a tanto, as lendas, ainda que piedosas, dos factos averiguados e comprovados. E porque nas suas investigações deparou com documentos contemporâneos dos reis merovíngios, levou então para além dos limites do aceitável o mesmo espírito crítico, quando, apoiado nele, concluiu pela pretensa falsidade de todos esses documentos, e também logo e por extensão de todo e qualquer outro documento antigo. O seu raciocínio conduzia a uma suspeita, relativamente à autenticidade dos documentos existentes nos cartórios dos mosteiros. Suspeita essa que abrangia, portanto, os diplomas que tinham sido utilizados pelo beneditino Doublet para escrever, em 1624, a *Histoire de l'abbaye de Saint-Denys en France*. Entretanto, o mesmo Papenbroek tornava públicas as suas conclusões, dúvidas e suspeitas, através do estudo intitulado *Propyleum antiquarium circa e acri falsi discrimen in vetustis membranis*, impresso em 1675.

3.1. Coube a D. João Mabillon a tarefa de contraditar as apressadas e infundadas conclusões de Papenbroek, aclarando-lhe também as dúvidas e removendo de vez as suspeitas que ele levantou. Tão sábio quanto humilde — e o mais douto de todos os escritores da França, na opinião de Richelieu — esse monge de Saint-Germain des Prés iniciou o seu trabalho e consumiu nele seis anos. Com paciência, com serenidade, com austeridade, só obediente à sua consciência, dominou todas as questões, ainda as que se arrastavam há longo tempo, e logo estruturou, desde os seus fundamentos, uma nova ciência, fazendo-o através da sua obra definitiva *De re Diplomatica libri VI*, impressa em 1681. É uma ciência, consoante a explicação dada no mesmo título da obra de Mabillon, que se ocupava da antiguidade dos instrumentos ou documentos, da matéria, escrita e estilo que lhes eram próprios, dos selos, monogramas, subscrições ou notas cronológicas que exibiam, e, assim, uma ciência que interessava sobremaneira a tudo quanto era pertinente à disciplina forense ou histórica.

As regras a que Mabillon julgava necessário submeter um

documento, em ordem a ajuizar da sua autenticidade, eram as seguintes (8):

- 1.^a — O crítico deve agir com cautela e erudição, moderação e prudência, não tentando a apreciação e julgamento de um documento sem o conhecer de modo suficiente.
- 2.^a — Não basta o carácter paleográfico de um dioloma ou qualquer outro elemento, singularmente considerado, para bem ajuizar da sua autenticidade.
- 3.^a — Sem prova em contrário, é de concluir sempre pela autenticidade de um documento, nomeadamente quando ela é consagrada pelo tempo.
- 4.^a — Qualquer erro ou variedade que se verifique na redacção de um diploma, uma vez que não o afecte apreciavelmente, em nada contribui para negar a sua autenticidade, pois que se tornaram correntes omissões ou lapsos do género.
- 5.^a — Adições breves ou intercalações, quando destinadas a aclarar e que figuram nas cópias dos diplomas, ou nos seus originais, ainda que inoportunas ou equívocas, podem não obstar à legitimidade do texto e não deve o crítico, portanto, considerá-las como importantes.
- 6.^a — Quando é evidente a diferença entre o texto de um diploma e a lição dos historiadores ou de inscrições contemporâneas, será de preferir o testemunho do diploma.
- 7.^a — Porque são ordinários e próprios da condição humana, não se deve a dolo ou falsidade de amanuenses e copistas os erros acidentais exibidos pelos diplomas.

A obra de Mabillon atendia, portanto, a todo e qualquer aspecto oferecido pelo documento, pelo que foi também a origem da Paleografia como ciência, em oposição à arte empírica da leitura de textos antigos que foi dominante nos tempos anteriores. Porém, ainda a Paleografia, nessa obra, não é mais do que um ramo da Diplomática, sua directa e primeira auxiliar no exame e crítica dos textos. E assim, num conceito global da Diplomática se

(8) Mabillon, *De re Diplomatica libri VI* [...] *Editio secunda ab ipso Auctore recognita, emendata & aucta. Paris, 1709,*

incluíam, e logo se estudavam, a técnica paleográfica, a morfologia e a evolução histórica das formas gráficas, bem como a crítica de toda a espécie de características de um texto, como anotou, após outros tratadistas, o Prof. espanhol Antonio Floriano Cumbreño. Não tardaram, no entanto, os primeiros sintomas de libertação da Paleografia, como já houve ensejo de referir — e a propósito do *Tratado* de Montfaucon. Acentua-se a separação no *Lexicon Diplomaticum*, de Walter (1745-1747) e mais ainda, posteriormente, no *Novo Tratado* dos mauristas Dom Toustain e Don Tassin.

3.2. Sob o domínio de novos conhecimentos adquiridos através do estudo a que se dedicaram os seus continuadores e também, por essa via, conduzidos a outro conceito que não o seu, reconhecemos hoje alguma imperfeição na obra de Mabillon. Todavia, uma tal conclusão em nada concorre para a diminuir, pois que mais não ambiciona do que completá-la ou esclarecê-la num ou outro pormenor. Não foi outra, de resto, a preocupação dos beneditinos, após a publicação do *De re Diplomatica*. Para bem avaliar das tarefas a que se consagraram, apenas no séc. XVIII, os monges de São Mauro e outros da mesma congregação, bastará referir, pela ordem cronológica das edições respectivas, algumas das obras que publicaram:

Palaeographia graeca sive de ortu et progressu literarum.
Por Bernardo de Montfaucon. Paris, 1708.

L'Art de verifier les dates des faits historiques, des chartes, des chroniques, et autres anciens monumens, depuis la naissance de Notre-Seigneur... Paris, 1750.

Nouveau Traité de Diplomatique... Por Dom Toustain e Dom Tassin. Paris, 1750-1756.

Dictionnaire raisonné de Diplomatique... Por Dom de Vaines. Paris, 1773-1774.

Mabillon iniciara, na verdade, uma escola de diplomatistas, definindo-lhe rumo. E não apenas no seio da congregação a que pertencia ou no seu país, uma vez que lhe seguiram o exemplo, aproveitando-se da sua lição, investigadores ingleses, como Madoy e Hickes; italianos, e assim Maffei e Muratori; alemães, estes

deveras preocupados em aplicar os princípios da Diplomática aos estudos da História do Direito; e também espanhóis e portugueses.

O Conceito de Diplomática manteve-se o mesmo, de início e da parte dos discípulos ou continuadores de Mabillon. Corrigindo, num ou noutro pormenor, o mestre e patriarca, todos se mantinham fiéis ao programa delineado: e assim, cabia no âmbito da Diplomática o estudo de todo o pormenor relativo à forma gráfica ou técnica paleográfica da sua interpretação. Só os *novos tratadistas*, designação esta que foi dada aos autores do *Nouveau Traité de Diplomatie*, vieram a acentuar a separação que havia entre a Diplomática e a Paleografia, separação essa já esboçada por outros autores que os precederam. Dobrado o século XVIII, a evolução completava-se, vindo a conceder à Paleografia foros reais de ciência autónoma. Coube a um francês, Natalis de Wailly, com os seus *Eléments de Paléographie*, publicados em 1838, essa missão, que consagrou o seu labor de mestre da École des Chartes, fundada em 1821.

Com o trabalho de Wailly, operou-se como que uma renovação da escola francesa, fundada por Mabillon. Na verdade, a partir da publicação dos seus *Eléments de Paléographie*, esta ciência interessa sobremaneira aos investigadores franceses, mas é a Diplomática a ciência que serve de tema por excelência à prossecução de estudos especiais. Marca, sem dúvida, evolução notável, nesse campo, o *Manuel de Diplomatie*, de Giry, publicado em 1894 e ainda hoje considerado a obra clássica por excelência, nesta especialidade. Trinta anos decorridos, aparecia o *Manuel de Paléographie latine et française* (Paris, 1924) de Maurice Prou: obra fundamental, tem de ser indicada, ainda em nossos dias, como aquela a que sempre há-de recorrer todo o que estiver interessado em estudos da especialidade. Finalmente em 1929, aparecia, póstumo, o primeiro volume do *Manuel de Diplomatie française et pontificale*, de Bouard.

Os mais recentes dos trabalhos da escola francesa são o pequeno volume *La Diplomatie*, do Prof. Georges Tessier (Paris, 1952, colecção «Que sais-je?») e o estudo fundamental *La Paléographie Romaine*, do Prof. Jean Mallon (Madrid, 1952). Um e outro destes autores publicaram ainda outros trabalhos da especialidade, dos quais importa referir, ao menos, os capítulos que subscrevem

no volume *L'Histoire et ses méthodes* (Paris, 1961, coleção «Encyclopédie de la Pleiade»).

3.3. Com fundamento no elevado número de especialistas que na Itália se têm consagrado aos estudos da Paleografia e da Diplomática e ainda na originalidade e variedade dos trabalhos que lhes são devidos, remontando uns e outros ao século XVIII, tem de se reconhecer a existência de uma escola neste país. Como iniciadores dessa escola italiana, devem ser citados Maffei e Muratori. Os seus continuadores, nomeadamente Angelo Fumagali, Signorelli, Pellica e Paoli, conquistaram e firmaram uma destacada posição, ainda hoje mantida.

Scipione Maffei, na sua *Istoria diplomatica* ⁽⁹⁾, apenas se ocupou de documentos anteriores ao século oitavo e nem toda a sua obra contém, exclusivamente, matéria relacionada com a especialidade. Muratori, por seu turno, incluiu no tomo terceiro das suas *Antiquitates Italicae Medii Aevi* ⁽¹⁰⁾, duas dissertações (as 34.^a e 35.^a) particularmente consagradas ao estudo da Diplomática, porque analisam os temas seguintes: *De Diplomatis & Chartis antiquis dubiis aut falsis* e *De Sigillis Medii Aevi*.

Coube, porém, a Scipione Maffei a missão de esclarecer que todas as escritas de origem latina são apenas formas de evolução da escrita romana, estabelecendo assim uma unidade de origem para esses vários tipos das chamadas escritas nacionais. Permitiu-lhe uma tal conclusão o exame de códices, datados do séc. V ao X, que encontrou na biblioteca capitular de Verona e que haviam sido recolhidos num esconderijo, onde ficaram esquecidos, possivelmente quando das inundações de 1575, no Adige.

O estudo de Paoli, inicialmente publicado, em 1833, com o título de *Programma di Paleografia e di Diplomática*, e então reduzido a escasso número de páginas, foi ampliado nas edições seguintes e desdobrado em volumes de acordo com as matérias. A última edição do tomo da *Diplomática*, datada de 1942, foi

⁽⁹⁾ Logo no próprio título da sua obra, o diplomata o anuncia: *Istoria diplomatica che serve d'introduzione all'arte critica i tal materia con raccolta de' documenti non ancor divulgati che rimangono in papiro egizio e ragionamenti sopra gl' Italia primitiva* (Mântua, 1727).

⁽¹⁰⁾ Esta obra de Muratori foi publicada, em seis volumes, de 1738 a 1742 e mais tarde (Arezzo, 1777-1780) reeditada em dezassete volumes.

preparada e actualizada pelo Prof. Giacomo Bascapé, que a enriqueceu consideravelmente com anotações.

Os mais recentes trabalhos da escola italiana, citando-se apenas aqueles que, embora de valor desigual, de algum modo podem interessar para o estudo da evolução da Diplomática e da Paleografia, são os seguintes:

Barone, *Paleografia latina, Diplomatica e nozioni di scienze ausiliarie*, Nápoles, 1923 (3.^a edição).

Bascapé, *Corsi di paleografia e diplomatica*, Milão, 1940.

Schiaparelli, *La Scrittura latina nell'età romana*, Come, 1921, e *Avviamento allo studio delle abbreviature latine nel medioevo*, Florença, 1926.

Ladolini, *Elementi di Diplomatica la scienza ausiliaria della Storia*, Milão, 1926.

Vittani, *Nozioni elementari di Paleografia e Diplomatica*, Milão, 1930.

Battelli, *Lezioni di Paleografia*, Cidade do Vaticano, 1949 (3.^a edição; reimpressa em 1964).

Federici, *Paleografia latina, dalle origini fino al secolo XVIII*, Roma, 1935.

Thompson — *Paleografia greca e latina*. Sep. da «Encyclopedia Britannica», Milão, 1940.

Cencetti, *Lineamento di storia della Scrittura latina*, Bolonha, 1956.

3.4. Os estudos da Paleografia e da Diplomática remontam na vizinha Espanha, de certo modo, a épocas anteriores à escola que teve Mabillon como iniciador. Na verdade, afloram já nos séculos XVI e XVII alguns sintomas que denotam, pelo menos, uma especial propensão para esses estudos, pois que outra conclusão não permitem quer um ensaio de João Baptista Cardona sobre a biblioteca do Escorial, quer a publicação de um *facsimile*, posto que incorrecto, que Garibay y Zamalloa empreendeu⁽¹¹⁾. Todavia, só no século XVIII e sob a influência directa dos estudos

⁽¹¹⁾ A obra de Cardona, que é uma memória dirigida a Filipe 2.^o, intitula-se *De Regia Sancti Laurentii Bibliotheca* (Tarragona, 1578). Zamalloa publicou o facsimile no seu *Compendio historial de las chronicas...* (1573).

iniciados pelo sábio maurista, é que são desenvolvidos aqueles estudos que estão na origem da escola espanhola, impondo-se aqui a explicação de que se trata, efectivamente, de uma escola autêntica no domínio da Paleografia e da Diplomática, pois que são devidos a investigadores e tratadistas espanhóis decisivos contributos para o esclarecimento de pormenores ainda sujeitos a dúvida e para o conhecimento de outros que também interessam sobremaneira à estruturação de uma técnica.

Em obediência ao critério anteriormente estabelecido, enumeramos, de seguida, pela origem cronológica da sua publicação, alguns dos principais estudos que nos dizem da evolução da escola espanhola ⁽¹²⁾:

- 1738: *Bibliotheca universal de la Polygraphia española*, de Cristobal Rodriguez, publicada, postumamente, por Blas Antonio Nassarre y Ferriz.
- 1755: *Paleographia española*, apresentada como de autoria de Esteban Terreros y Pando, havendo, no entanto, quem mencione, fundadamente, como seu autor, o Padre Burriel.
- 1788: *Escuela de leer letras cursivas antiguas y modernas*, do Padre Andres Merino.
- 1880: *Manual de Paleografia Diplomática Española*, de D. Jesus Muñoz y Rivero. Também do mesmo autor: *Paleografia Visigoda* (1882) e *Nociones de Diplomática española* (1880).
- 1923: *Paleografia Española*, do Padre Zacarias Villada. Consagrada, especialmente, ao estudo da escrita denominada visigótica, posto que também se ocupe da paleografia latina e das escritas posteriores ao séc. XII.
- 1929: *Paleografia española*, de Augustin Millares Carlo (1929). Do mesmo autor: *Tratado de paleografia española* (1932), que é um desenvolvimento do trabalho anterior. E também: *Contribución al Corpus de Códices Visigóticos* (Madrid, 1931) *Nuevos estudios de Paleografia Española* (México, 1941) e *Manuscritos Visigóticos* (Madrid — Barcelona, 1963).

⁽¹²⁾ Sobre a chamada escrita visigótica, v. o apêndice que é publicado no final destas Observações

1941: *Nociones de Diplomática*, de Eugenio Sarrablo Aguarrelas.

1946: *Curso General de Paleografía y Paleografía y Diplomática Españolas*, de Antonio Floriano Cumbreño.

4. Também remonta a tempos bem recuados, em Portugal, a aplicação de processos tendentes a concluir pela autenticidade ou falsidade, quando um documento estava em causa. Daí a possibilidade que há de se falar da Diplomática em plena Idade Média portuguesa — quando era já uma ciência a balbuciar as primeiras recomendações ou normas, de toda a vez que se esmiuçava o pormenor susceptível de tornar suspeito um diploma.

Não será descabida ou inoportuna, pelo que ficou alegado, a lembrança de exemplos que ilustram a mesma alegação e servem de prova bastante a essa remota aplicação dos processos da Diplomática. E ao fazê-lo, não pode esquecer-se que muitos outros exemplos haviam de somar-se aos que vão ser agora enunciados, uma vez que se prosseguisse, em extensão e em profundidade, o exame tendente à sua recolha.

Sendo as bastantes, serão também assaz concludentes as preocupações que denotam, em cada um dos casos, os oficiais régios e outros intervenientes, quando chamados a identificar um instrumento ou a dizer da sua autenticidade. E verificamos nós que eles se apoiavam, sobretudo, na Esfragística, solicitando-lhe a prova de que careciam (13).

4.1. Bem destre e circunspecto se afirmava já, no dizer de João Pedro Ribeiro, o procurador régio Domingos Paes, quando no reinado de D. Dinis invocava razões do foro da Diplomática para declarar que determinadas Cartas, interessando aos Tem-

(13) João Pedro Ribeiro, (*Dissertações*, tomo IV, diss. X) refere exemplos, alguns dos quais vão citados no texto, que abonam o cuidado posto no julgamento da validade dos diplomas, mesmo em plena Idade Média. Anotemos aqui o exemplo do foral de Sanguinhedo. Quando o procurador régio recebeu o documento apresentado pelos moradores daquele reguengo, alegando estes que se tratava de uma carta dada por D. Sancho I, logo mostrou, por muitas razões, que ele não era valioso: *e entre essas razoens dizia que essa Carta, nom avia seello nem sinal de Tabelliom, nem roda nem stillo, como am as outras Cartas do tempo onde esta Carta falava, e que era rasa e feyta de duas mãos.*

plários, *multipliciter erant suspecte*, pelo que aludiam. Ainda no testemunho do sábio diplomata portuense, não menos perícia denotam os inquiridores de D. Afonso 3.º e de D. Afonso 4.º, quando requerem dos possuidores, no decurso da tarefa que lhes fora confiada, os seus instrumentos de doação ou privilégio, apressando-se a trasladá-los na minúcia de todo o pormenor que habilitasse a uma perfeita identificação ou contra-prova. E isto ao ponto de haver sido exarada na inquirição do couto de Refoios de Basto, no ano de 1334, esta declaração bem explícita na sua individualização e relativa à Carta do mesmo couto:

«Tinha huum seelo pendente de chumbo em maneira de escudo longo, e em cada huuma das partes tiinha senhas cruces, e de huuma parte as letras dizian sigilum Domini Alfonsi e da outra parte dizian Regis Portugalensis, pero que en a cõrda, en que ese seelo siia, era britada e legada de guise, que a poderiam deslegar: mas en a carta e na letra parecia toda sen suspeita...» (14).

Também não foi outro o cuidado de Vasco Anes, Tabelião geral dos reinos de Portugal e do Algarve, quando registou, a 4 de Junho de 1354, instrumentos de procuração, de compromisso e outros relativos às demandas do Bispo do Porto D. Pedro com os homens do governo do concelho. Pois que referindo-se ao primeiro desses instrumentos, logo consignou que era assinado, no fundo, pela mão «do dito senhor Bispo e selado do seu selo pendente em fita miscrada». O qual selo — pormenorizava ainda o Tabelião — «era longo e tinha em si uma imagem de Sancta Maria, que sia en sua cadeira com seu filho no colo. E a fondo da dita imagem sua uma figura de Bispo revestido de vesteduras pontificais com sua mitra em sua cabeça. E da uma parte e da outra da dita figura estavam senhos escudetes pequenos com sinais de cruces em meio segundo mais compridamente era con-teudo e parecia no dito estormento de compromissom e no dito selo...» (15).

(14) João Pedro Ribeiro, obra e local citad, págs. 8.

(15) Arquivo Municipal do Porto, *Autos e Sentença de duvidas e jurisdicção entre o Bispo e a Cidade*. Publicado no *Corpus Codicum latinorum et portugalsium*, vol. II (Porto, 1917).

O esmiuçar do pormenor relativo aos selos vem a manter-se da parte do tabelião, sempre que novo instrumento era exibido. E assim acontece quando os cónegos Martim Viegas e Afonso Peres apresentam procuração bastante da parte do Cabido do Porto. É então consignado que ela era selada do selo do mesmo Cabido «pendente em fita miscrada, o qual selo era pequeno, redondo e tinha em si hua figura de angio com suas asas e aos pés dele jazia hua figura de serpe pela boca da qual serpe tinha o dito angio metuda hua lança...» Por outro lado e referindo-se, dessa vez, ao instrumento que habilitava Gonçalo Anes, Afonso Lourenço e Nicolau Esteves como procuradores do concelho do Porto, de novo o tabelião se revela preocupado na descrição do selo, pendente de um cordão vermelho, do mesmo concelho, fazendo-o nestes precisos termos:

«O qual selo era grande em cera verde e tinha em si figura de duas torres e em cima de antre ambas um capitel e antre uma e a outra torre estava hũa imagem de Sancta Maria com seu filho em o colo e da hũa parte e da outra da dita imagem estavam figuras de senhos clerigos com cipos nas mãos. E de cada hũa parte das ditas torres estavam senhos escudetes pequenos com sinais delRei de Portugal e antre o capitel e as torres senhos angios com senhos tabulos nas mãos e a fondo das ditas torres antre hũa e a outra estava hũa figura de porta e parecia que estava aberta...» (16).

Embora na aparência mais do foro da Esfragística, não podemos inferir, todavia, que essas minudências dos registos já referidos interessam menos à Diplomática. Da autenticidade ou suspeição

(16) Arquivo Municipal do Porto, códice referido na nota anterior.

Esta descrição do selo do concelho do Porto é diferente da que apresentou José Júlio Gonçalves Coelho no seu opúsculo *Notre-Dame de Vendome et les armoiries de la ville de Porto* (Vendome, 1907) e que melhor se adapta à reprodução ou reconstrução do mesmo selo que ilustra esse opúsculo.

Sabemos da existência dos restos do selo pendente do concelho do Porto num documento hoje integrado nas colecções da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga (*Gaveta dos Sinodos e Concílios*, n.º 2), que reproduzimos num dos capítulos, da nossa autoria, da *História da Cidade do Porto* (vól. I). Porém, não é já possível conhecer da forma e legenda do selo, através desse fragmento.

de um instrumento, quanto o consentia a prática dessas eras — cabe repetir aqui — havia de se julgar, antes do mais, através do selo exibido, duvidando-se com sérias razões sempre que ele faltava. Por tal motivo e muito a propósito, uma sentença do juízo dos feitos da Coroa, lavrada aos 12 de Setembro de 1411 e proferida em causa encaminhada pelo requeredor dos reguengos de el-rei no termo do Porto, quando alude à carta de doação de certa ermida consagrada a Santa Ovaia, logo precisa que esse documento, tresladado, como outros, num caderno que foi exibido, não parecia autêntico nem fazia fé, «porque parecia que a dicta Carta nom era selada com selo do dicto Rei [D. Afonso] nem sinada...» (17).

De resto, ensinava já o Mestre João Pedro Ribeiro que eram estes os meios diversos de que se serviam os nossos maiores quando desejavam autenticar escrituras públicas: a declaração do dia e ano; os sinais públicos; os recortes nos instrumentos; os selos rodados, pendentes ou de chapa; as assinaturas, etc. Se eram tais os processos de autenticar, forçosamente se tinha de recorrer ao seu conhecimento para vencer toda a suspeição. E assim acontecia.

Menos avisados ou precavidos, em séculos futuros, são muitos dos cronistas a quem interessou saber das memórias que os habilitassem a compor seus livros. Certo é que o primeiro e o maior de todos confessou o cuidado e diligência com que virá, para além dos «grandes volumes de livros, de desvairadas linguagens e terras», *as publicas escripturas de muitos cartarios e outros logares* (18). Certo é que Fernão Lopes, após esta confissão, logo declara também que depois de longas vigílias e grandes trabalhos não pudera haver mais certidão do que a conteída na sua obra. Todavia, foi outro o proceder da parte daqueles que tiveram o encargo, após ele, de escrever as crónicas do Reino. E se houve excepções, que o foram ao conjunto dos textos deturpados ou mesmo falseados, essas devemos averbá-las à conta dos louvores que são devidos a todo aquele que viveu a dúvida, por

(17) João Pedro Ribeiro, obr. e loc. citados.

(18) Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, primeira parte, ed. do *Arquivo Histórico Português*, págs. 2 (Lisboa, 1915).

amor da certeza: assim o Doutor João de Barros, o moralista e portuense, que se deu a consumir algum tempo no exame dos cartórios dos mosteiros de Moreira e de Pedroso, e assim um Frei Manuel da Esperança, também portuense, a quem devemos a crónica dos Frades Menores (19).

Nos princípios do séc. XVII, os estudos do foro da Diplomática foram da predilecção do cónego regente de Santa Cruz de Coimbra D. José de Cristo: assim o revelam alguns manuscritos seus, hoje incorporados na Biblioteca Pública Municipal do Porto, quer no pormenor de anotações relativas a documentos que copiou ou extractou, quer nas reflexões que faz, por exemplo, a propósito no nexo XL (X^L) e do seu real valor (20).

4.2. A influência dos propósitos e da esquematização dos estudos da Diplomática, segundo os preceitos do beneditino Mabillon, é bem notória, da parte de estudiosos portugueses, logo pelos finais do primeiro quartel do século dezoito. Todavia, se é de aperceber o reflexo daquele preceito, o certo é que bem escassas vezes é referido o nome do grande diplomata, como já sublinhou Pedro de Azevedo (21).

A própria Academia Real da História Portuguesa, a partir da sua fundação, em 1720, define uma directriz aos estudos académicos e desde logo lhes assina um complemento natural, que não é alheio às exigências da Diplomática. E assim, expressamente recomendava que no termo de cada memória distribuída aos académicos fossem apensados, como provas as mais seguras,

(19) Frei Manuel da Esperança, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal*. (Lisboa, 1656 e 1666; 2 vols.).

Dizendo do método a que obedeceu, confessa o autor:

Comecei a cavar até o centro da mesma antiguidade descobrindo muitas minas preciosas, que ela nos ocultava. Revolvi muitos cartórios [...] Em a revista dos nossos andava tão advertido, que não buscava somente os papeis, & pergaminhos, mas também os livros da livraria comum, refeitório e coro, onde encontrei com memórias de mão, que escreviam os frades quanto o ser curioso não era avaliado por ofensa da virtude.

(20) Códices 84, 86 e 89 da Biblioteca Pública Municipal do Porto. V. António Cruz, *Santa Cruz de Coimbra na cultura portuguesa da Idade Média*, vol. 1.º, (Porto, 1964).

(21) Pedro de Azevedo, *Linhas gerais da História da Diplomática em Portugal* (Coimbra, 1927). V. também João Martins da Silva Marques, *De l'histoire de la...*

aqueles títulos dos arquivos que corroboravam os textos. Entretanto, alguns académicos denotavam conhecimento directo dos conselhos e regras de Mabillon, a ponto de um deles, o ilustrado Conde da Ericeira, poder exprimir-se, quando julgava os livros do Conde do Vimieiro, de modo a concluir que eles não continham «anacronismos, ou outras faltas de chronologia, e regras de que escreverão os authores da *re diplomatica*, da *Paleographia* e da crítica» (22).

Não obstante, reconhecemos que nem as recomendações da Academia Real da História, nem os conhecimentos ou preocupações que eram manifestos da parte de certos académicos — embora estes em número diminuto — concorreram para que se fizesse com a devida exactidão a leitura de documentos extractados ou copiados na íntegra, por esse tempo. E um só académico, o cisterciense Frei Manuel da Rocha, depois de reconhecer que se podiam fazer suspeitas a todo o crítico demasiado escrupuloso e só inclinado a acreditar no que via, aquelas escrituras que abonavam o texto do seu *Portugal Renascido*, dado que eram desconhecidas, logo adianta que o livraram de todo susto, dando-lhe fidelíssimo crédito, os mesmos pergaminhos e a sua antiguidade e letra — afirmando-se então e por esse modo, logo em 1730, um diplomata observante da nova regra (23).

Mas não é de raros exemplos como o de Frei Manuel da Rocha e outros académicos, mas sim da orientação geral esboçada e bem manifesta, que se colhe uma certeza: a menos que circunstâncias fortuitas não viessem impedi-lo, como também a concorrer para que fosse comprometida a acção meritória da própria Academia, os estudos da Diplomática teriam sido então instaurados em Portugal, ainda no decurso da primeira metade do século dezoito. Todavia, se o não foram por então através de diploma bastante, nem por isso deixaram de interessar a particulares, agasalhados debaixo da protecção de conventos para aí colherem o favor do estímulo. Renovada a séculos de distância, era a mesma tradição que levava um dia à interpretação de textos dos clássicos, cha-

(22) *Documentos e Memórias da Academia Real da História Portuguesa*, Lisboa, 1723, vol. III.

(23) Frei Manuel da Rocha, *Portugal Renascido, tratado histórico-crítico-chronologico...*, Lisboa, 1730.

mando-os a uma actualidade exigida pela própria alma medieval. A ser possível, por hipótese, falar-se de renovação, quando fora mais acertado aludir ao continuado interesse por tudo quanto respeita às memórias dos homens dos tempos decorridos, bem como das ideias e dos feitos que os immortalizaram. É que, afinal, mais não visou a Diplomática, uma vez esquematizada e reduzida a regras, do que garantir a validade desse testemunho.

4.3. Voltando agora à tradição portuguesa, devemos lembrar os cuidados que consagrou a esses estudos o cónego regente D. Bernardo da Encarnação, natural de Aveiro.

Depois de haver professado no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, fixou-se no cenóbio da Serra do Pilar, exercitando aí o cargo de cartorário. Demorou-se no exame dos arquivos de outros mosteiros dos Cruzios, consumindo assim o tempo das suas *bré-vias* ou férias. De novo recolhido à cela do mosteiro da Serra, dava-se a coligir memórias respectivas à Diplomática. Conheceu-as João Pedro Ribeiro e apressou-se a encarecê-las. No seu alto critério, essas memórias, posto que informes, mostravam assaz, da parte do seu autor, «o grande tino no assunto que manejou», afirmando também a vastidão dos seus trabalhos e a sua perícia na Paleografia.

Há cerca de vinte anos, tivemos a fortuna de identificar no Arquivo Distrital do Porto e integradas no antigo cartório do convento de Santo Agostinho da Serra do Pilar, algumas das memórias de D. Bernardo da Encarnação.

Dos seus conhecimentos de Diplomática dá conta o grande cartorário nas duas seguintes:

- a) *Memórias e clarezas sobre as Capelas e Legados deste Real Mosteiro de S. Agostinho da Serra que he dos Conegos Regulares da Congregação de Santa Cruz de Coimbra...*

Neste códice, o seu autor aprecia, do ponto de vista diplomático, os documentos em que fundamenta as suas conclusões e a determinada altura, por exemplo, atribui exacto valor ao nexu XL ou *X aspado*, como então se dizia (fls. 40), desenvolvendo também considerações pertinentes à diferenciação de *missa cantada* e *missa*

oficiada, considerações essas que foram do conhecimento de Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo ⁽²⁴⁾.

- b) *Discurso Jurídico, practico, curioso, e instructivo. Sobre a alternativa dos mezes entre Sua Santidade e Senhores Bispos no provimento das Igrejas e Benefícios dos Padroeiros Ecclesiasticos* ⁽²⁵⁾.

Neste *Discurso*, D. Bernardo da Encarnação analisa as regras da Chancelaria Apostólica. Quanto aos seus conhecimentos paleográficos, esses revelam-se, sobretudo, na leitura e transcrição que fez de muitos documentos medievais, do cartório do convento de Vilela, tresladando-os em Livros Autênticos também integrados, como esses documentos, no cartório do Mosteiro da Serra.

⁽²⁴⁾ Arquivo Distrital do Porto, cartório citado, códices 40, 125 e 133.

⁽²⁵⁾ Arquivo Distrital do Porto, cartório do Mosteiro da Serra, n.º 125. Códice de 58 fls. num.

Na folha de guarda do princípio, inum., tem a anotação seguinte, autógrafa, de João Pedro Ribeiro:

Discurso sobre as Regras da Chancelaria Apostolica, obra muito util para quem tem Padroados de Igrejas sujeitos às referidas Regras, por terem sido tiradas as Apresentações dellas in solidum aos Padroeiros Ecclesiasticos, ficando estas somente com 4 mezes no anno, e os Seculares apresentando sempre as suas respectivas Igrejas todas as vezes que vagarem &a. &a.

Pelo incansavel, e sabio Religiozo D. Bernardo da Encarnação, cujo zelo do bem commum se patentea bem no Cartorio deste Mosteiro de S.to Agostinho da Serra, aonde faleceo, e no de virtudes e de merecimentos.

Também do mesmo autor, há no Arquivo Distrital do Porto, um códice assim intitulado:

Memorias e clarezas sobre as Capellas e Legados deste Real Mosteiro de S. Agostinho da Serra. Que he dos Conegos Regulares da Congregação de Santa Cruz de Coimbra. Cujas deixou escriptas por sua Letra entre outros muitos seus Manuscriptos sobre papeis antigos o Incomparavel Cartorario o M. R. F. D. Bernardo da En.^{çam} Conego verdadeiramente Regular tão zeloso da observancia como exactissimo da verdade q̄ seguio tanto nesta como em todas as suas obras com que enriqueceu este Cartorio desde o anno de 1740 ate o de 1770 em q̄ foi para Mafra.

Sob o título de «Informação das Capellas, anniversarios, missas e mais Legados do mosteiro de S.to Agostinho da Serra», abre com a nota seguinte:

«Tem o mosteiro de Santo Agostinho da Serra obrigação de satisfazer varias Capellas, anniversarios, missas e outros Legados: dos quais huns pertencem ao mosteiro de Vilela, unido in perpetuum ao dicto mosteiro da Serra, outros são proprios do mesmo mosteiro, e outros vierão do mosteiro de Grijó na separação que se fez dos dous mosteiros pella

No Arquivo Distrital de Viseu, como revelou, há pouco, o Dr. Mário Fiuza, na sua reedição do *Elucidário* de Viterbo, está integrado um códice com outro trabalho de autoria de D. Bernardo da Encarnação, que nele reuniu numerosos vocábulos arcaicos acompanhados do respectivo estudo ⁽²⁶⁾.

No mosteiro da Serra do Porto — como ao tempo também era corrente chamar-lhe — viveu aquele investigador que na sua época mais se devotou aos estudos da Diplomática. Em anos futuros, outros portuenses — um deles frade menor e os restantes beneditinos — deixavam-se apaixonar pelos mesmos estudos: refiro-me a Frei José Pedro da Transfiguração e aos monges Frei António da Soledade, Frei João Crisóstomo de Santo Tomás, Frei António da Assunção Meireles e Frei Bento de Santa Gertrudes.

4.4. Dois outros monges mauristas, Dom Foustain e Dom Tassin, publicavam, entretanto, os seis volumes do seu *Nouveau Traité de Diplomatique*, impressos de 1750 a 1756. Foi decisiva, como noutra lugar se referiu, a influência de tal obra, impulsionando a metodização e até a oficialização dos estudos que tiveram remota origem no *De re diplomatica* de Mabillon. E surgiram assim escolas diversas.

qual, assim como no Mosteiro da Serra ficarão algumas rendas do Mosteiro de Grijó, assim da mesma sorte lhe ficarão também alguns legados, que ao dito Mosteiro de Grijó pertencião.

Achase o mosteiro gravado bastantemente com os dictos legados, porque o rendimento de alguns delles não chega, nem he suficiente para a sua satisfação, de que resulta grave prejuizo ao mosteiro, e alem disso, sobre os mesmos legados se offerecem varias duvidas, que são causa de muitos escrupulos.

Pertende o mosteiro recorrer á Sé Apostolica, para effeito de se reduzirem a menor numero de Missas, aquellas Capellas, que necessitarem de reduccão; e se aclararem todas as duvidas, que nesta materia pode haver. Porem como este negocio he de tanto pezo, e de tão graves consequencias, fiz este tractado ou informação de todos os legados pertencentes ao referido mosteiro da Serra. Não aponto authores, não alego authoridades, nem he minha tenção resolver cousa alguma sobre a materia della. Somente aponto algumas razoens e duvidas para que a vista dellas se possa fazer juizo do que se deve obrar, e se resolva, o que se entender ser mais justo e acertado».

⁽²⁶⁾ Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das palavras, termos e frases*, ed. crítica preparada por Mário Fiuza (Porto, 1962-1966). V., do editor citado, a introdução que escreveu sobre a vida e obra de Viterbo e que abre o primeiro vol..

Não demorou a divulgação, em terra nossa, da doutrina dos *novos diplomáticos*. Sem dúvida muito contribuiu para tanto, além do conhecimento directo dos seis volumes do *Nouveau Traité*, a reedição, no texto original, da sua parte oitava, que saiu dos prelos da Imprensa Régia de Lisboa no ano de 1773, por iniciativa do erudito Frei Manuel do Cenáculo e sob o título de *Méthode de Diplomatique*.

Também importante e anterior iniciativa devia já o ensino da Diplomática a Frei Manuel do Cenáculo. Com efeito, cabendo-lhe delinear o plano de estudos para a Congregação dos religiosos da Ordem Terceira de S. Francisco do Reino de Portugal, plano esse que teve aprovação régia a 3 de Junho de 1769, logo aí o benemérito Arcebispo de Évora incluiu esta ordenação:

«Também se formarão humas pequenas Collecções, e simplissimas das Regras principaes da Crítica, da Arte Diplomatica, dos mais Principios gerais, certos, e seguros, para delles se fazer uso nas Aulas. Ensinará o Mestre a fazer a applicação pratica dos mesmos Principios, e Regras fundamentaes, confrontando-os com a Materia para facilitar a reflexão, e segurança de deduzir consequencias destas»⁽²⁷⁾.

Obediente a quanto lhe era ordenado no plano de estudos, coube ao portuense Frei José Pedro da Transfiguração elaborar uma *Dissertação ou breve tratado* que é a primeira obra impressa em português com regras da Hermenêutica e da Diplomática, porque o foi no Porto e no ano de 1792. Recorrendo a subsídios inéditos e corrigindo o que a seu respeito publicaram os biógrafos, algo é possível dizer sobre esse professor de História Eclesiástica no Convento de S. Francisco desta cidade.

Aqui nascido no ano de 1739, era filho de Manuel Caetano e de sua mulher Luísa da Cunha. Foi admitido no noviciado aos 5 de Agosto de 1758. No dia 7 de igual mês do ano seguinte, com a comunidade capitularmente congregada, ao som de campã tangida, no coro do mosteiro, pelas sete horas da manhã, suplicou

⁽²⁷⁾ V. *Plano dos estudos para a Congregação dos religiosos da Ordem Terceira de S. Francisco do Reino de Portugal*, Lisboa, 1769.

ao guardião que o admitisse à profissão. Porque havia completado um ano de provação, como noviço, e porque lhe eram favoráveis todas as diligências empreendidas de acordo com os Estatutos, foi logo admitido. Veio depois a esmerar-se no estudo, a ponto de ascender a Padre Mestre ⁽²⁸⁾.

Dos propósitos que o moveram a redigir a sua *Dissertação ou breve tratado*, é o próprio autor quem nos esclarece nas palavras que lhe antepõe.

Declara aí Frei José Pedro da Transfiguração que juntara algumas regras, mais necessárias, da Hermenêutica e da Diplomática, «esses dous indispensáveis olhos da História Eclesiástica», apenas para seu uso pessoal. Porém, houve quem visse o trabalho e viesse a reconhecer-lhe interesse para todos os que se dedicavam a semelhantes estudos, quer por outro não haver em língua nossa, quer por serem custosos e extensos os livros especializados saídos de prelos estrangeiros. Tanto o decidiu — e só isso — a imprimir as suas notas, não sem lhes dar como prólogo, entre outras, estas declarações:

«Quem for perfeitamente instruído nestas matérias, e vir que são poucos os preceitos, que aqui se dão, acrescente do seu o que lhe parecer, para me não louvar; e veja a ingenuidade, com que dou conta da mui pouca parte, que tenho neste Tratado, para não vituperar-me. Se com tudo achar ainda no seu genio de que desabonar-me, as suas vozes não serão mais sensíveis para mim, do que he para a Lua o latir de hum rafeiro».

Por esse tempo, os estudos da Diplomática não eram públicos nem tinham sido oficializados, definitivamente, em Portugal,

(28) Biblioteca Pública Municipal do Porto, *Livro da recepção e profição dos Noviços* de S. Francisco do Porto, códice n.º 1342, fls. 91.

Frei José Pedro da Transfiguração, que foi professor de Filosofia e de História Eclesiástica, deixou, inéditas, outras obras da sua autoria, que legou, nas *vésperas de sua partida*, ao seu amigo José Pedro da Cunha Coutinho, presbítero secular, professor da Congregação de Oliveira do Douro, indicando-lhe aqueles dos *papeis que podiam ver a luz da impressão*. Entre eles se contavam os *Pensamentos, reflexoens e maximas*, que foram impressos em 1807. O moralista agermana-se aí com o erudito, ambos a viverem a mesma preocupação de bem servir a Grei.

como haverá ensejo de dizer. As disposições do plano de estudos dos frades menores, como o trabalho a que ligou o seu nome o portuense Frei José Pedro da Transfiguração, tendo sido uma iniciativa meritória, são ainda uma prova definitiva do interesse despertado por semelhantes estudos. Como o são também, para só referirmos os nomes de naturais do Porto e seu termo, os testemunhos legados por alguns monges beneditinos.

4.5. Segundo a *Memória* da sua vida lançada no *Livro dos óbitos* do mosteiro de Paço de Sousa, onde foi conventual e ficou sepultado após a sua morte, em 1776, foi também estudioso da Diplomática o beneditino Frei António da Soledade, *vulgo Marecos*, — como anota o seu biógrafo — que nasceu, a 14 de Setembro de 1713, na freguesia de Santo André de Marecos, da comarca de Penafiel.

Completados os seus estudos menores no Porto, foi admitido — contava, então, 17 anos — no noviciado de Tibães, passando, a seguir, para o coristado de Rendufe. Frequentou, de seguida, Filosofia, no mosteiro de Arnoia, e Teologia, no colégio de S. Bento de Coimbra. Anota a *Memória* da sua vida que ele foi sempre muito aplicado à leitura dos melhores autores, tanto de Teologia como de Moral, amador das Belas Artes e da História Eclesiástica e profana, versado na Geografia e *perito na Diplomática*, a que se *aplicou com infatigável trabalho como se mostra das multiplicadas memórias que deixou em todos os Mosteiros onde viveu, e neste [de Paço de Sousa] muito mais, onde, sem rebuço o digo, se lhe devia levantar hum Busto à sua memória, pois a elle se deve toda a riqueza deste Cartório onde immensos títulos estão perdidos e dispersos...*

Do seu labor abonam o bastante estes outros passos da *Memória* da sua vida, posto que só relativos a actividades a que se entregou no mosteiro de Paço de Sousa:

«O seu genio estudiozo, aplicado, e amigo do retiro não se proporcionava á laboriosa vigilancia que he precisa nas Prelazias, e por isso se substrahio de continuar nestes cargos; assistio no Capitulo Geral que se seguio em 1768, nelle fez que se lavrase a Acta em execução do que manda a nosa Constituição Livro 2. Constituição 3. fol. 171. N. 79. que manda haver em todos os nosos Mosteiros hum Diatario, ou Livro em que se escreva a Historia da fundação daquelle Mosteiro e os factos que decorrerão até o tempo prezente. Em nenhum se tinha posto em

execução aquelle Artigo da Lei, elle foi o primeiro que já o tinha posto em pratica nos Mosteiros onde tinha estado, e o fez nos outros para onde depois foi conventual, como foi no Mosteiro de Bostelo para onde foi morador no fim deste Capitulo Geral, onde logo foi nomeado Cartorario mor pelo Prelado daquelle Mosteiro, em cujo Cartorio trabalhou com incangavel trabalho e utelidade pondo em bom arranjo e concervação e deixando memorias uteis de sua letra que ainda hoje concervaõ com muita estimação.

«Veyo ultimamente morador para este Mosteiro de Paço de Souza a 19 de Novembro de 1763 onde pasado alguns meses foi nomeado Cartorario. Mas logo fez com que se ordenase hum Livro encadernado em pasta para Diatario; para o que leo, o numerou e pos o Cartorio por Ordem Chronologica todos os titulos que nelle havia: fez rezenha de todas as Doaçoes, Diplomas, Sentenças, e Escripturas com a mais escrupulosa indagação, lendo tudo o que nelle se Continha por mais escabroso e antigo que fosse. Dali pasa a ler os livros antigos das Officinas, concertando, mandando encadernar, e pondo tudo em boa concervação, o que ate ahi estava sem ordem, confuzao, desprezo, sendo aliaz hum Cartorio que merecia toda a estimação, resguardo e disvello.

«Fez reconduzir/apezar de todas as difficuldades que encontra/para este Cartorio hum Livro preciozo pello seu conteudo e antiguidade, manuscripto gotico em folhas de pergaminho pello D. Abbade Commendatario deste Mosteiro D. Joam Alvares; Este D. Abbade estando em França escreveo aquelle Livro que contem a Santa Regra e algumas Cartas exortatorias a disciplina Monastica, cheias de unção, zello, observancia e descripção: Este rico tezouro, tinha visto o noso zeloso Cartorario na Livraria de Coimbra quando ali esteve Colegial, que julgamos ter para ali passado este Livro no tempo do Rev.mo Frei Leão de S. Thomaz quando fez a Beneditina Lusitana para o que andou a ver todos os Cartorios e deste levaria aquelle Livro, como elle mesmo Fr. Antonio da Soledade reflexiona no seu Diatario. Outros mais Livros importantissimos, Bulas Apostolicas, Sentenças, Escripturas de prazos faz recolher, que jaziaõ dispersos, huns no Cartorio da Meza Abacial dos Jezuitas, outros em Cartorios de Escrivae e Tabaliaes, incluzos em sentenças findas, e alguns nas Camaras Seculares e Ecleziasticas &.^a

«Depois de asim enrequecido este Cartorio entra no rude tra-

balho de fazer hum Elenco ou Indice geral de todo o Cartorio, servindo de historia abreviada do mesmo Cartorio, onde ahi se achão todos os titulos, e tudo o mais que nelle se contem por gavetas, Maços, e naçoens, as demandas, duvidas e resultado dellas, que tem decurrido com este Mosteiro em todo o progresso dos tempos com reflexo em previdencias para o futuro: he hum Livro grande de fólio, obra de summo trabalho e exame. Dahi, pasa a escrever outro Livro dos Legados, encargos e obrigações testamentarias deste Mosteiro, quem forão os legatarios, as rendas, as doaçõens que deixarão para estes nosos deveres, apontando todos os titulos donde constão: He hum Livro de pasta fólio curto de summa coriosidade e indagação. Ainda aqui não fica; elle sempre, sempre vai esquadrinhando com a mais coriosa indagação tudo o que pertence á historia deste Mosteiro, elle revolveo ate os seus fundamentos, e vai descobrir quazi nos allicerces delle os antigos Jazigos dos seus Fundadores e reedificadores, fazse, por asim dizer, senhor do pasado e do prezente. Entra no Plano do Dietario, descreve a sua fundação com os nomes dos Fundadores e dos seus descendentes depositados neste Mosteiro, sua architettura e descripção da Igreja e Mosteiro Antigo, as differenças que nelle ouve ate á nosa reforma e dahi ate o tempo que elle escrevia que foi no anno de 1765. Seus Pasaes, Coutos e Padroados antigos, nomes dos seus Doadores e Benfeitores, Dons Abades perpetuos, Commendatarios e Trienaes, confrontações do territorio em que esta o Mosteiro, seu clima, produçoens, costumes, genio e manufacturas dos habitantes do Paiz; Castellos, Fortalezas, que hão e ouverão nas suas vizinhanças; Montes, Rios, Mosteiros, Igrejas, e Capellas. Hum volume fólio grande. He Obra Coriozissima e de todo o valor tanto pella vastidão de noticias, como pella Critica e pureza de estilo, fecundidade, clareza e energia.

«Estas são as Obras que se achão completas e acabadas que neste Mosteiro e beneficio seu, em 13 annos que aqui esteve morador escreveo sendo hum Chronista delle e cujas obras estão por sua letra e bem encadernadas. Outras mais deste genero escreveo nos Mosteiros onde esteve; elle fez o Diatario de Palme, de S. Romão, o de Arnoia, e o Costumeiro da freguesia de Tibaens, que ate ahi o não havia, em todos elles se concervam memorias interessantes de sua letra, aqui no Cartorio alem das obras que temos referido, ha hũa tradução da nossa Constituição a que

ajuntou varias Definições de capitulos gerais ate o seu tempo, cuja obra teria grande merecimento se estivesse completa, 9 cadernos in fol. Na Livraria, a Descrição de hum caso estupendo sucedido nesta Igreja, tres folhas escritas de sua letra, e outras mais Memorias avulsas que bem mostram foi hum dos mais insignes Escriitores e Antiquario mais incansavel que tem tido a nosa Congregação» (29).

4.6. Nasceu nesta cidade, a 27 de Janeiro de 1724, Frei João Crisóstomo de Santo Tomás, que tomou o hábito de S. Bento, no mosteiro de Tibães, a 27 de Fevereiro de 1741. Transferido para o coristado de Pombeiro, ali demorou sete meses, até se mudar para S. Bento da Saúde, em Lisboa. Quando iam quase findos os quatro anos de coristado, foi frequentar o colégio que então abriu no mosteiro de Palme, onde cursou três anos de Filosofia. Os estudos de Teologia obrigaram-no a transferir-se para o Colégio da Estrela, vindo a concluir, finalmente, o novo curso no Colégio de Coimbra.

No exercício de cargos diversos, demorou-se também nos mosteiros de Pendorada e Paço de Sousa, voltou a Palme e a Carvoeiro e fixou-se, por fim, em Paço de Sousa, onde faleceu pelo Natal de 1783.

As sucessivas transferências levaram-no ao convívio de alguns dos mais importantes cartórios da sua Ordem — e só por esse facto importava referi-las miudamente. Anotemos ainda, valendónos da sua biografia manuscrita, que ele «empregou parte do tempo de sua vida em abrir estampilhas com que serviu alguma cousa a religião, e com pinturas e outras curiosidades». E curiosidade das maiores foi, sem dúvida, aquela obra a que o Cardeal Saraiva, num catálogo dos manuscritos da livraria de Tibães, se refere por estas palavras:

(29) Biblioteca Pública Municipal do Porto, códice n.º 173, fls. 171 v..

O códice que contém as obras de Frei João Álvares e que é classificado de *livro precioso* por Frei António da Soledade, pertence, hoje, à Biblioteca Pública Municipal do Porto, por doação do Conde de Azevedo. Deve-se ao Dr. Adelino de Almeida Calado uma cuidada edição daquelas obras. (Coimbra, 1960).

Sobre o cartório do mosteiro de Paço de Sousa — sua organização, interesse de ordem diplomática e acidentes a que andou sujeito — ver o que expõe Frei José Matoso, no artigo *Os cartórios beneditinos da diocese do Porto*, publ. no «Anuario de Estudios Medievales», vol. 1.º (Barcelona, 1964).

«Escreveo hum volume em quarto sobre a Paleografia ou Methodo de ler as letras antigas, com abecedarios proprios para isso, juntando-lhe hum Dicionario das palavras antigas e suas» (30).

Podemos assim admitir que foi o portuense Frei João Crisóstomo de Santo Tomás, beneditino, quem redigiu o primeiro tratado ou método de Paleografia com fundamento nos subsídios que lhe ministraram diplomas portugueses. E temos ainda de admitir que, ao fazê-lo, não desconheceria o tratado escrito por Mabillon, bem como o *Nouveau Traité* de Toustain e Tassin, também mauristas. Com efeito, a acta do Capítulo Geral reunido em Maio de 1755, na casa-mãe da Congregação de S. Bento, em Tibães, regista esta decisão:

«Leu-se hũa petição d'alguns dos Padres Mestres do Collegio de Coimbra, em que movidos do zelo de adiantar as sciencias na Religião pedião concorresse esta com dinheiro para se comprarem as obras dos Nossos Monges Maurianos. Despachou a Junta, que o M. R. P. D. Abbade applicará todo o rendimento, e dinheiro da Livraria para comprar os livros que lhe parecer mais convenientes: e o N. Reverendo podendo dará providencia mayor» (31).

Quanto ao *De re diplomatica*, também a Frei João Crisóstomo de Santo Tomás seria possível consultá-lo, mais tarde, no mosteiro

(30) Biblioteca Pública Municipal do Porto, códice n.º 295. Está integrado neste códice miscelâneo um catálogo dos manuscritos e obras raras da livraria do mosteiro de Tibães, tudo levando a crer — nomeadamente a caligrafia e o cuidado posto na sua redacção — que seja um trabalho de Frei Francisco de São Luís Saraiva.

É a seguinte a informação contida nesse códice:

«O P.e P. Fr. João Chrisostimo de Santo Thomaz natural da Cidade do Porto e freguezia da Sé, nasceo a vinte e sete de Janeiro de 1721; tomou o Habito de Sam Bento aos vinte e sete de Fevereiro de 1742. Era filho legitimo de Gonçalo da Silva e Joanna da Conceição. Escreveo hum volume em quarto sobre a Paleografia ou Methodo de ler as letras antigas; com abecedarios proprios para isso, juntandolhe hum Dicionario das palavras antigas e suas...»

(31) Alguns códices, denominados *Bezerros*, que contêm as actas da Congregação Beneditina, estão hoje integrados na colecção de manuscritos da Biblioteca Pública Municipal do Porto, guardando-se outros no mosteiro de Singeverga e na Biblioteca Pública de Braga.

de Paço de Sousa. Uma nota manuscrita lançada no exemplar que pertenceu à Livraria desse mosteiro esclarece que ele foi comprado, por 32.000 réis, no ano de 1776.

4.7. Do beneditino portuense Frei António da Assunção Meireles, baptizado nesta cidade aos 20 de Dezembro de 1760 e que tomou o hábito, no mosteiro de Santo Tirso, aos 28 de Outubro de 1778, resta-nos avultado testemunho que o acredita como operoso cronista, afirmando também que era preocupação dominante da sua parte proceder com o maior cuidado na tarefa de recolher e interpretar documentos, durante o exame dos cartórios.

Subsídios que interessam à sua biografia, esclarecem-nos que no capítulo geral reunido em Maio de 1786 lhe foram concedidos os privilégios de passante de Teologia, devendo gozar os mesmos privilégios dos Leitores. Em 1791, lia já um curso de Filosofia no mosteiro de Rôndufe. E para avaliar da sua capacidade, bem como da curiosidade que o movia ao estudo de outras ciências, bastará referir que chegou a escrever um compêndio de Botânica, tendo solicitado da Junta Geral da Congregação reunida aos 15 de Junho de 1792 que fosse ordenada a sua impressão.

Seis anos decorridos, no capítulo geral de 14 de Maio de 1798, foi nomeado cartorário-mor. Todo se afadiga, daí para o futuro, na preparação de uma *Memória para a História Geral da Congregação de São Bento*.

Porém, ao fazê-lo, não era já como hóspede no distrito da investigação histórica, porquanto em 1804, dirigindo-se ao Padre Mestre e seu bom amigo Frei Francisco de S. Luís, o nosso cronista declara que em oito ou nove anos do exercício da interpretação de velhas escrituras não encontrara outro caso como aquele que refere e que interessava ao cálculo do valor do *X atado ao V*, na data de um documento do cartório de Pendorada. Os seus estudos de Diplomática deviam ter sido iniciados, portanto, em 1795.

Conhecemos hoje as suas memórias respectivas aos mosteiros de Paço de Sousa e Pombeiro, já publicadas pela Academia Portuguesa da História, e aos mosteiros de Ganfei e Bostelo, estas ainda inéditas. Também não se ignora que recolheu subsídios para as memórias do mosteiro de Santo Tirso. De passo que cumpria assim a missão que lhe havia confiado a sua Congregação, preocupava-o também a própria História Portuguesa e talvez

fosse intenção sua vir a compô-la e a ilustrá-la com base em documentos inéditos. Habilita-nos a esta dedução a existência de um códice com este título:

Coleção d'apontamentos para servir a historia geral, e particular do Reino, extrahidos dos arquivos desta provincia d'Entre Douro e Minho, e também da Beira. Por Fr. António d'Assunção Meirelles, Professor Jubilado em Filosofia, e Mathematica, e Cartorário mór da Congregação de S. Bento⁽³²⁾.

Trata-se de um primeiro volume, ignorando-se o paradeiro dos restantes. O autor reuniu nesse códice extractos de documentos datados de 963 a 1180, pertencentes todos eles aos cartórios de Arouca, Pendorada e Paço de Sousa.

Sabemos também que esboçou ou planeou, pelo menos, uma outra crónica. É o próprio Frei António da Assunção Meireles quem o revela, na mesma carta já citada que remeteu ao Cardeal Saraiva. Após informação relativa aos males que o affligiam, declara expressamente:

«Fiquei mais aliviado, ando com mais dezembaraso, e para vingar-me da minha cruel, e sempre atravessada sorte, vou aliviar ao Cartorio, e no Cubiculo vou trabalhando huma Memoria do Mosteiro de Arouca, em quanto Benedictino».

Caquético, viveu os derradeiros anos, torturado pelos seus padecimentos, no mosteiro de Paço de Sousa, onde morreu na madrugada do dia 15 de Junho de 1808. Deram-lhe condigna sepultura no claustro, no lanço que decorre da sacristia para a portaria. Sepultura condigna, porém humilde como a de todo o monge. Nem de mais carecia quem deixou perdurável memória nas crónicas que escreveu, no digno exemplo do seu desinteressado amor ao estudo, na paixão com que se devotou à ordenação de cartórios e ao exame dos documentos aí arrecadados, para assim

(32) O códice a que se refere o texto está hoje integrado no Arquivo Distrital do Porto.

conquistar, mais do que em favor e honra da sua Ordem, bem amada, uma primazia incontestável para a sua Pátria⁽³³⁾.

4. 8. Também beneditino e também natural do Porto, era Frei Bento de Santa Gertrudes, que nesta cidade nasceu a 2 de Dezembro de 1765, filho de Jerónimo Álvares de Carvalho e de D. Benta Maria Angélica.

Já destro na Latinidade e quando não contava mais de dezasseis anos de idade, abeirou-se da portaria do mosteiro de S. Bento da Vitória, em 1781. No ano seguinte, a 20 de Julho, recebia o hábito, juntamente com outros noviços. Completados os seus estudos, logo obteve a carta de pregador. Porém, outras solicitações o ocupavam, despertando-lhe interesse e apego. Entre elas, o estudo da Paleografia. Devotando-se-lhe apaixonadamente, conquistou assim aquela autoridade que outros dos maiores diplomatas do seu tempo vieram a reconhecer-lhe, nomeadamente João Pedro Ribeiro e o Cardeal Saraiva. E valeu-lhe a especialização a que se consagrara o vir a ser escolhido como sucessor do seu conterrâneo Frei António da Assunção Meireles, no cargo de cartorário-mor da Congregação.

A correspondência diplomática por ele mantida, ao longo de anos, com o portuense João Pedro Ribeiro e o beneditino Frei Francisco de São Luís, permite avaliar o escrúpulo que era preocupação dominante da parte de Frei Bento de Santa Gertrudes, sempre mais inclinado à dúvida que à credulidade. Simultânea-

(33) Biblioteca Pública Municipal do Porto, códice n.º 173, fls. 178 v.:

No dia 15 de Junho de madrugada de 1808 faleceu neste Mosteiro [de Paço de Sousa] de hum caquexia o M.to R. P. M. Fr. Antonio da Assumpção Meirelles. A memoria das suas acçoens achar se ha no Mosteiro de Bostello onde era conventual. Esta sepultado no Lanço do Claustro, que decorre da Sachristia P.º a Portaria, na sepultura N. 5.º

Das memórias redigidas por Frei António da Assunção Meireles, estão publicadas as seguintes, como ficou referido acima:

Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa & Index dos documentos do Arquivo. Publicação e prefácio de Alfredo Pimenta. (Lisboa, 1942).

Memórias do Mosteiro de Pombeiro. Publicadas e prefaciadas por António Baião. (Lisboa, 1942)

Recolhemos já, no decurso de investigações a que procedemos nos arquivos do Porto, Braga e Singeverga, alguns subsídios destinados à preparação de um estudo sobre a vida e obra do cronista Frei António da Assunção Meireles.

mente e em consequência, exhibe-nos também quanto o monge portuense veio a esmerar-se na aplicação das regras diplomáticas, de toda a vez que escolhia os ângulos mais diversos para fazer incidir a crítica sobre um documento em causa. Todavia, nem uma só vez, ao fazê-lo, deixou também de se afirmar avisado ou prudente. É isso mesmo o que adverte a declaração contida numa sua carta de 15 de Dezembro de 1801 e que diz assim:

«Não bastão conjecturas para se regeitar hum documento antigo; este tem sempre a presumpção a seu favor, e sem provas decisivas não se pode despojar da sua auctoridade: bem pode hum documento ser genuino, e com tudo envolver erro de historia, datas ou outros defeitos...»

A prudência, desta maneira, acudia a servir a verdade. A mais não pode aspirar o historiador, não cabendo também ao diplomata uma aspiração diversa ⁽³⁴⁾.

4.9. No testemunho do seu labor, legaram-nos alguns portuenses a certeza de que havia já em Portugal, logo em pleno século dezoito, quem se consagrava ao estudo da Diplomática, ajudando a sistematizá-la em ordem a bem conhecer os documentos dos nossos cartórios e a julgá-los na sua autenticidade ou suspeição. Para além de uma natural e admissível propensão que lhes seria particular, quatro desses portuenses, vestindo o hábito de S. Bento, encontraram no seio da Congregação a que se acolheram uma tradição de estudos históricos que de longe vinha e que lhes seria atracção e estímulo. Coube a outro portuense, frade menor, esquematizar o estudo da Hermenêutica e da Diplomática, como de todo necessário ao ensino da História Eclesiástica no convento onde professou.

O trabalho fecundo dos quatro beneditinos bem como a iniciativa do franciscano, são exemplos que nos habilitam o bastante para concluirmos por uma prioridade, posto que restrita a duas ordens religiosas, quando desejamos conhecer das origens e desenvol-

(34). Esta correspondência foi publicada por Frei José de Santa Escolástica Matoso, O. S. B., na revista *Lusitania Sacra*.

vimento do estudo da Diplomática em Portugal. Recordemos agora que também havia de caber a um portuense a tarefa de executar, integralmente, o plano da oficialização do mesmo estudo no nosso País.

Logo em 1772 e a propósito da reforma dos estudos menores, propunha-se «a instituição de um professor com aula de ensinar a ler caracteres antigos cuja notícia é necessária quotidianamente para muitos e diferentes usos». Três anos decorridos, insistia-se que era assunto «digno de providência o estabelecimento de uma Cadeira de Diplomática, servida por um mestre habil». E nesse mesmo ano de 1775, criando a referida cadeira, a carta régia de 9 de Agosto provia nela José Pereira da Silva, atendendo às letras, qualidades e merecimentos que nele concorriam.

Malogrou-se, todavia, esta feliz iniciativa, devido à morte do mestre nomeado. E só em 1796 foi nomeado outro professor, recaindo a escolha no Doutor João Pedro Ribeiro e reservando-se o exercício da cadeira para quando assim fosse determinado, uma vez que esse primeiro mestre — consoante esclarece a carta régia da sua nomeação, datada de 6 de Janeiro — devia prosseguir, antes, nas suas indagações e trabalhos, que tinha extraordinariamente adiantados.

Nascera também no Porto, na rua das Cangostas, a 27 de Maio de 1758, esse que foi o maior dos nossos diplomatas e que pelos seus estudos outorgou real autonomia à nova ciência. Com a sua nomeação, a cadeira de Diplomática era incorporada na Faculdade de Cânones, mantendo-se unida à Universidade quando foi determinado, em 1801, que o seu exercício viesse a verificar-se na cidade de Lisboa.

Não queremos tentar aqui um esboço da tábua bibliográfica desse ilustre portuense ou arriscar um juízo quanto ao valor, ao interesse real e à indiscutível novidade que caracterizam a sua obra. Quando do centenário da sua morte, comemorado em 1938, coube-nos estudar, através dos seus manuscritos, o fecundo labor do Doutor João Pedro Ribeiro, para assim delinear uma breve memória atinente a dizer dos incómodos e fadigas a que o Mestre andou sujeito durante anos seguidos, sempre ocupado no exame de cartórios e na pesquisa de documentos, e para demonstrarmos também que se contam por muitos milhares os que ele copiou na íntegra ou extractou. Para aí remetemos quem

desejar conhecer, no pormenor, toda a obra que nos legou João Pedro Ribeiro.

O seu apego ao trabalho ingrato e inglório não conheceu um desfalecimento, não houve estorvo ou dificuldade que o prostrasse no desânimo. Sóbrio em toda a manifestação da sua vida particular, modesto quando alguém o interrogava na sua autoridade, prudente em todo o parecer ou conselho, também outro não havia que o superasse na atitude magnânima de repartir pelos interessados, sem reservas de qualquer sorte, os frutos das suas investigações ⁽³⁵⁾. Foi, assim, um verdadeiro Mestre.

4.10. Quando da instituição da Cadeira de Diplomática na Universidade de Coimbra, era ela a «única em toda a Hespanha», como declarava o seu Mestre, e manteve essa honrosa situação durante o primeiro decénio do século dezanove. E a própria França, pátria de Mabillon, só em 1821 estabeleceu oficialmente o ensino da Diplomática, ao ser criada a *École des Chartes*.

Sucedeu a João Pedro Ribeiro, na regência da cadeira, um seu amigo íntimo, o Doutor Francisco Ribeiro Dosguimarães, que era natural de Felgueiras e que veio a morrer no Porto, a 21 de Janeiro de 1839. Mais tarde, quando o ensino da Diplomática, para o efeito associado ao da Hermenêutica jurídica, era já do âmbito de uma cadeira da Faculdade de Direito, coube a outro natural do mesmo concelho de Felgueiras, o Doutor Bernardino Joaquim da Silva Carneiro, escrever um manual, saído em 1855 dos prelos da Imprensa da Universidade. Expressamente declara o seu autor que recorreu, sobretudo, quando o escrevia, às obras do Mestre portuense, por entender que sendo elas um resultado dos conhecimentos do Doutor João Pedro Ribeiro aplicados aos nossos documentos antigos, «não podia — são ainda palavras suas — ir beber a melhor fonte».

Quase um século decorrido, porque o foi em 1935, um dos maiores diplomatistas portugueses dos nossos dias, o Prof. Rui de Azevedo, havia de lançar a público esta amarga confissão:

«Iniciados auspiciosamente entre nós há já mais de um século os estudos de diplomática portuguesa, pode dizer-se

⁽³⁵⁾ Sobre a vida e a obra do sábio diplomatista, cfr. o que se expõe no vol. *Breve estudo dos manuscritos de João Pedro Ribeiro*, da nossa autoria (Coimbra, 1938).

que quase se eclipsaram com o desaparecimento do seu iniciador, o mestre João Pedro Ribeiro.

Estranho e à primeira vista incompreensível se nos afigura tal facto: porquanto nem ao Mestre faltou saber e pendor docente para criar escola, nem ao meio a matéria prima — um inexaurível património documental — para que a semente lançada à terra proliferasse com exuberância».

Certo é que no decurso de um século foi mantido todo o interesse pelo estudo da Diplomática e também não faltaram os peritos da Paleografia. Certo é que tivemos, com efeito, e entre outros, os irmãos Basto e Pedro Azevedo, na Torre do Tombo, bem como o sábio Doutor António de Vasconcelos, na Universidade de Coimbra. E também no Porto foi mantida a tradição do estudo da Diplomática, bem como o aprendizado apaixonante da arte de ler os velhos documentos. Razão pela qual devemos nós averbar ao rol dos diplomatas e dos paleógrafos portuenses os nomes de Ricardo Jorge, de José Caldas, do Padre Luís de Sousa Couto, de Querubino Lagoa, de Magalhães Basto e de Fernando Guimarães. Porém, não deixou de se manter sempre actual a confissão amarga do Prof. Rui de Azevedo.

APENDICE I

Introdução ao estudo de evolução das reformas caligráficas medievais nos «scriptoria» portugueses

Das escritas que são, tradicionalmente, denominadas *nacionais* ou *pré-carolinas*, é a *visigótica*, sem dúvida, a que mais interessa conhecer, num sentido geral, para o estudo e leitura de códices e documentos — sendo razoável o número dos primeiros e elevado o dos segundos — existentes na Península ou dimanados dos seus *scriptoria* e que se integram, do ponto de vista cronológico, num período que decorre desde o séc. VIII, podendo mesmo admitir-se que remonte o seu início aos últimos tempos do século anterior, até ao séc. XII ⁽¹⁾.

Quer da parte de especialistas espanhóis, quer de outros, sempre foi a escrita chamada visigótica aquela que mereceu, entre todas

(1) O problema da nomenclatura das escritas que correspondem a fases diversas da evolução do alfabeto latino, durante a Idade Média, continua sujeito a debate, pelo que as designações adoptadas aqui não traduzem mais do que certa transigência com a tradição escolar, em ordem a facilitar a exposição e algumas anotações pertinentes ao que é particular dos *scriptoria* portugueses.

Contribuição válida para o mesmo debate foi a que apresentaram, no 1.º Colóquio Internacional de Paleografia (Paris, 1953), G. Battelli, B. Bischoff e C. I. Lieftinck: os seus estudos foram reunidos e publicados sob o título de *Nomenclature des écritures livresques du IX au XVI siècle* (Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, 1954).

Sobre o estado presente dos conhecimentos relacionados com o estudo da evolução do alfabeto latino e ainda com a metodologia a que o mesmo estudo tem de obedecer, deve ler-se o que expõe Robert Marichal no seu ensaio *L'Écriture Latine et la Civilisation Occidentale du I^{er} au XVI^e siècle*, publicado no vol. *L'Écriture et la psychologie des peuples*. (Paris, Centre International de Synthèse, 1963).

as que dominaram na Península, mais apurada atenção e aprofundado estudo, pelo que há, relativamente à sua origem e evolução — com particular cuidado posto no estudo da sua morfologia — toda uma bibliografia extensa, que supera, em muito, a que mereceu até hoje qualquer outra das formas ou das fases da evolução do alfabeto latino.

Como é óbvio, o conhecimento das obras compreendidas nessa bibliografia — ao menos o das principais — interessa, fundamentalmente, ao estudo da nossa Paleografia, dado que nos *scriptoria* portugueses, sobretudo nos do Noroeste, a evolução da escrita visigótica veio a revestir-se de alguma originalidade, na inconfundível característica do desenho e *ductus* das letras (nomeadamente nos diplomas).

Como escrevia, há trinta e cinco anos, o Prof. Agustín Millares Carlo (na sua obra *Contribución al «Corpus» de Códices Visigóticos*) eram três os problemas fundamentais que então se apresentavam neste sector particular da ciência paleográfica: o das origens da escrita visigótica, o dos critérios a adoptar para a atribuição de uma data aos manuscritos carecidos dela e, por fim, o problema da localização dos diversos códices, em ordem a distribuí-los por escolas do âmbito da Península. Para além da notável contribuição que deu ao esclarecimento das questões assim postas o mesmo Prof. Millares Carlo, poder-se-á indicar uma série de obras que são do maior interesse para a dilucidação dos mesmos problemas, compreendendo-se entre elas as seguintes:

BATELLI, Giulio — *Lezioni di paleografia*. Cidade do Vaticano, 1949; reimpressão em 1964.

BOHIGAS, Pedro — *La ilustración y la decoración del libro manuscrito en Cataluña*. Barcelona, 1960.

DIAZ Y DIAZ, Manuel — *Anedocta wisigothica. I. Estudios y ediciones de textos literarios de época visigótica*. Salamanca, 1958.

DIAZ Y DIAZ, Manuel — *Index scriptorum latinorum Mediæ Aevi Hispanorum*. Salamanca, 1959.

BORDONA, Jesús Domínguez — *Manuscritos con pinturas, Notas para un inventario de los conservados en colecciones públicas y privadas de España*. Madrid, 1933.

ETAIX, R. — *Homiliaires wisigothiques provenant de Silos a la*

- Bibliothèque Nationale de Paris*. Em «Hispania Sacra», vol. 12.º (1959).
- FERNANDEZ POUSA, Ramón — *Los manuscritos visigóticos de la Biblioteca Nacional de Madrid*. Em «Verdad y Vida», vol. 3.º, 1945.
- GOMEZ MORENO, Manuel — *Las primeras crónicas de la Reconquista: el ciclo de Alfonso III*. Em «Boletim da Real Academia de Historia», vol. 100 (1932).
- LACARRA, José Maria — *Textos navarros del códice de Roda (Zaragoza)*. Saragoça, 1945.
- LECLERCQ, Jean — *Textes et manuscrits de quelques bibliothèques d'Espagne*. Em «Hispania Sacra», vol. 2.º (1949).
- LOWE, E. A. — *Códices latini antiquiores*. Nove vols. publs. Oxford, 1934-1959.
- MENÉNDEZ PIDAL, Gonzalo — *Sobre el escritorio emilianense en los siglos X al XI*. Em «Boletim» da Real Academia de Historia, vol. 143.º (1958).
- MILLARES CARLO, Agustín — *Paleografía española*. 2 vols. Barcelona, 1929.
- MILLARES CARLO, Agustín — *Contribucion al «Corpus» de Códices Visigóticos*. Madrid, 1931.
- MILLARES CARLO, Agustín — *Tratado de paleografía española*. 2 vols. Madrid, 1932.
- MILLARES CARLO, Agustín — *Los códices visigóticos de la catedral Toledana*. Madrid, 1935.
- MILLARES CARLO, Agustín — *Nuevos estudios de paleografía española*. México, 1941.
- MILLARES CARLO, Agustín — *Manuscritos visigóticos*. Colección «Monumenta Hispaniæ Sacra», Subsidia, vol. I. Barcelona-Madrid, 1963.
- SÁNCHEZ BELDA, Luis — *Aportaciones al «Corpus» de códices visigóticos*, em «Hispania», vol. 10.º (1950).
- VÁZQUEZ DE PARGA, Luis — *La división de Wamba*. Madrid, 1943.
- VÁZQUEZ DE PARGA, Luis — *Sancti Braulionis CaesarAugustani episcopi Vita Sancti Emiliani*. Edição crítica. Madrid-1943.

VIVES, José e FÁBREGA, Ángel — *Calendarios hispánicos anteriores al siglo XII*, em «Hispania Sacra», vol. 2.º (1949).

*
* *

Para o caso particular do nosso País, a mesma letra visigótica tem uma representação bem assinalada através de documentos que pertenceram a cartórios de alguns mosteiros e até, pelo que diz respeito ao seu período de transição, já sob a influência da escrita carolina, através de outros documentos lavrados na chancelaria dos Condes Portucalenses e nos primeiros anos de actividade da chancelaria de D. Afonso I⁽²⁾.

São, porém, de número reduzido os códices ou fragmentos de códices de letra visigótica existentes em Portugal.

Durante largo período, eram citados apenas dois desses códices: o das *Quaestiones* de S. Gregório, pertencente à colecção de manuscritos da Biblioteca Nacional de Lisboa e proveniente da *livraria de mão* do Mosteiro de Alcobaça, e o *Liber Testamentorum Cenobii Laurbanensis*, cartulário que pertenceu ao Mosteiro de Lorvão e que esteve também intregado na colecção de Alcobaça, pertencendo hoje ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo⁽³⁾. Juntava-se à citação dos códices referidos a indicação da existência de fragmentos de outros, quer no Arquivo da Universidade de Coimbra, quer na Torre do Tombo, constituindo a sua totalidade a representação portuguesa, há trinta e quatro anos, no catálogo dos códices

⁽²⁾ Os documentos de letra visigótica originários de cartórios portugueses e até hoje coligidos, foram publicados no vol. dos *Diplomata et Chartae* da colecção *Portugaliae Monumenta Historica* e nos primeiros volumes de *Documentos régios* e de *Documentos particulares* que se inserem na colecção denominada *Documentos Medievais Portugueses*, editada pela Academia Portuguesa de História com anotações, modulares de todo o ponto de vista, nomeadamente o diplomático, do Doutor Rui de Azevedo.

⁽³⁾ Há reproduções fac-similadas de páginas destes códices, em número de três, na obra *Paleographia Iberica* do professor americano John Burnam (três fascículos publicados em 1912, 1920 e 1925). A leitura desses trechos não é isenta de erros, como demonstrou — e para não citar autores estrangeiros — Silva Marques, nos seus *Estudos de Paleografia Portuguesa* (Lisboa, 1938). Este autor, ao apreciar os *fac-similes* V, XXXI e XLIX stampados por Burnam e que são os correspondentes aos citados códices, indica bibliografia essencial para o seu estudo.

denominados visigóticos (4), que foi publicado pelo Prof. Agustin Millares-Carlo.

Ampliando esse catálogo (e anote-se que o faz sem expressamente o declarar, pois nem sequer se lhe refere) o seu autor, em trabalho recente, inventaria também fragmentos de códices visigóticos existentes em Braga.

A esse número devem somar-se quatro códices que identificamos no decurso de estudos efectuados nos últimos anos e que pertenceram à *livraria de mão* do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, bem como diversos fragmentos de outros códices, já em número elevado, que foram recolhidos e identificados — em Lisboa, no Porto, em Coimbra e em Braga — pelo Doutor Avelino de Jesus e Costa (5), Frei José de Santa Escolástica Matoso e por nós. Os códices visigóticos que identificamos, hoje integrados na colecção de manuscritos da Biblioteca Pública Municipal do Porto, contêm:

- a) *Liber Comicum* consoante a designação que lhe é dada no seu *explicit*, datado de 1139 e não correspondente, na sua contextura, aos códices assim designados na liturgia hispânica, por se tratar apenas de uma colectânea de homilias e não de um leccionário.

(4) Elaborou esse catálogo, completando os anteriores de Garcia Villada (in *Paleografía Española*, vol. 1.º) e de Upson Clark (in *Collectanea Hispanica*, Paris, 1920), o Prof. Millares Carlo, que o publicou no seu *Tratado de Paleografía Española* (Madrid, 1932), depois de ter analisado, no pormenor, quer os códices, quer os fragmentos não inclusos nos catálogos antecedentes, fazendo-o num estudo modelar (*Contribución al «Corpus» de Códices Visigóticos*, Madrid, 1931).

Os primeiros fragmentos recolhidos no Arquivo da Universidade de Coimbra foram estudados pelo Prof. Dr. António de Vasconcelos (in *Fragmentos preciosos de dois códices paleográfico-visigóticos*, art. publ. na revista *Biblos*, vol. IV, 1928, e *Fragmento precioso dum códice visigótico*, ibidem, vol. V, 1929). Os primeiros dos fragmentos identificados na Torre do Tombo foram-no por Silva Marques (cfr. obr. citada, a págs. 20).

(5) Doutor Avelino de Jesus e Costa, *Fragmentos preciosos de códices medievais* (Braga, 1949).

Frei José Matoso identificou dois fragmentos de vidas de Santos Padres eremitas no verso de documentos de pergaminho do cartório do antigo mosteiro de Pendorada, hoje incorporado na Torre do Tombo. Os fragmentos que recolhemos e identificamos correspondem, na sua expressão gráfica a três períodos da evolução da escrita visigótica, devendo o mais antigo remontar, pelo menos, ao séc. X.

- b) *Liber Ecclesiasticae Ystoris Eusebii.*
- c) *Capitulationes in Libro Eusebii. I. Hieronimi contra Jovianum.*
- d) *Sancti Ambrosii Tractatus de Psalmo. C.VIII.X. (sic).*

Todos estes códices pertencem já ao período da evolução final da letra visigótica *libraria* e sua transição, sob a directa influência da letra carolina. É essa influência que serve para alguns autores a classificarem de letra semi-visigótica.

Sendo diminuta a representação da *minúscula visigótica*, na sua categoria de *libraria*, tanto nas colecções das nossas bibliotecas como dos nossos arquivos, é, sem dúvida, a *cursiva*, nomeadamente na sua evolução verificada, quanto ao espaço, nas terras do Noroeste da Península, e ainda, quanto ao tempo, sob o domínio dos reis asturo-leoneses, aquela que mais reclama, na categoria de *epistolaris*, a nossa atenção, sobretudo quando somos tentados a averiguar as possíveis influências verificadas no seu longo período de evolução e logo a partir da raiz que foi a cursiva romana considerada escrita comum (6).

A toda a minúscula visigótica pode ser definido um período de formação, que abrange a segunda metade do séc. VII e a primeira metade do seguinte. Nos princípios daquela centúria, a cursiva romana apresentaria aqui, provavelmente, as mesmas características que exhibe na Itália durante os sécs. VII e VIII. Só nos meados ou fins do primeiro destes séculos, anota Schiaparelli, é que são fixadas as características que distinguem a minúscula cursiva peninsular do tipo comum, individualizando-a. Com a conquista árabe, ter-se-ia modificado o tratamento de algumas letras, reflectido na sua forma, e registado também a inovação de alguns

(6) Uma determinada passagem da *Cronica general* de Espanha, baseando-se no que afirma o bispo toledano D. Rodrigo no seu *De rebus Hispaniae* (livro 2.º, cap. 1.º), poderia levar a supor — e assim aconteceu durante largo período — que a língua e a letra toledanas seriam aquelas que *don Gulfidas obispo de los godos fallo primeramente et hizo las figuras de las letras del su a-b-c...* Faz-se aqui esta referência à denominada *escrita Ulfiliana* porque foi admitido, erradamente, que nela tivesse a sua origem a escrita visigótica. Sucinto mas concludente exame deste problema foi o que fez o Prof. Millares Carlo, na sua *Paleografia Española* (Barcelona, 1929, págs. 164), indicando nesse lugar o que de essencial importa conhecer sobre o mesmo problema.

sinais abreviativos. Iniciava-se, por esse modo, o segundo período da sua evolução, embora a mesma possível influência árabe não viesse a repercutir-se nos *scriptoria* das terras do Norte que resistiram ao invasor. Concluindo, afirma Schiaparelli que «a minúscula visigótica deriva principalmente da cursiva visigótica, com influência da uncial e da semi-uncial» (7).

Ficou assim enunciado um dos problemas fundamentais relacionados com a letra visigótica: o da sua origem. Outros dois exigem também especial atenção: o dos critérios a adoptar como normas para se determinar a data de um códice que a não exiba e ainda a possibilidade de atribuir qualquer códice a determinado *scriptorium* — para assim agrupar, no tempo e no espaço, todos os códices de letra visigótica (8).

O primeiro dos problemas não pode ser debatido exclusivamente em obediência às directrizes que foram definidas por Schiaparelli. Para conhecer da evolução da escrita peninsular que culminou com a expressão denominada visigótica e esta a acusar variantes no próprio espaço e para além do tempo, importa estudar e confrontar o testemunho oferecido pelos textos de inscrições dólidas e ainda pelos gravados, também com estilete, sobre retalhos de ardósia, ou mesmo *atacados* a cinzel sobre pedra, quando, pelo que diz respeito a estes últimos, tal inscrição não denota uma prévia e cuidada ordenação, assemelhando-se, portanto, ao tipo de escrita a um tempo (9).

Quando a escrita visigótica se define, integrando-se no quadro das escritas pré-carolinas do continente, apresenta-se, no que diz

(7) Schiaparelli, *Intorno all'origine della scrittura visigótica*, Florença, 1930. Quanto à possível influência árabe, ver o que expõe o Rev. Dr. Federico Peirone, no artigo *Influência do sistema gráfico árabe na escrita visigótica?* (Bracara Augusta, vol. XI-XII, 1960-1961, págs. 21).

(8) Millares Carlo, *Contribución...* cit., na introdução.

(9) Documentam, por exemplo, quanto à Península, duas fases da evolução do alfabeto latino, uma inscrição dólida recolhida na citânia de Briteiros e qualquer das inscrições sobre lousa, escolhida entre as que publicou Gomez Moreno (no seu estudo *Documentación goda em pizarra*, inserto no *Boletín de la Real Academia Española*, tomo 34.º, 1954). Através delas, é possível acompanhar, do ponto de vista morfológico a evolução dos caracteres, sobre a qual pode assentar um melhor conhecimento das origens da própria evolução da escrita hispânica, durante e para aquém do domínio visigótico.

respeito ao seu traçado, com determinadas características específicas que são comuns àquelas escritas e outras que lhe são particulares. Apresenta o *a* aberto, o corpo do *d* desligado da sua haste, o *i* alto, a ligação do *t* e do *i*. A cursiva, abundante de nexos, estrema particularidades. Sobretudo nos documentos originários dos *scriptoria* asturo-leoneses, e ainda esses com variantes de *scriptorium* para *scriptorium*: a tal ponto que João Pedro Ribeiro, não sem fundamento sério — como bem o comprova o exame dos documentos respectivos — anotou mesmo a existência de um *gótico da Maia* ⁽¹⁰⁾.

Estabeleceu Lowe quatro períodos distintos, adentro do domínio e evolução da letra visigótica (do séc. VIII ao XII). Alguma particularidade, ainda hoje aceite, posto que sujeita a correções; permitiu-lhe assim definir os princípios gerais em que pode ser baseada a atribuição de uma data aproximada a qualquer códice visigótico ⁽¹¹⁾.

Os períodos estabelecidos por Lowe, bem como algumas das características por ele indicadas como particulares de cada um, são os seguintes:

- a) A partir do séc. VIII (ou dos fins do século anterior) até aos meados do seguinte. Letras pequenas e ainda, quanto ao seu módulo, forma e *peso*, mais largas do que altas e de traço grosso. As suspensões *bus* e *que* são indicadas, geralmente, com um sinal abreviativo especial: um ponto e uma vírgula (;) colocados sobre o *b* e o *q*.
- b) Desde os meados do séc. IX até aos fins do primeiro terço do seguinte. As letras são mais altas e as palavras começam a ser apresentadas com uma separação mais perfeita. Quanto às duas abreviaturas indicadas no primeiro período,

⁽¹⁰⁾ João Pedro Ribeiro, *Dissertações...*, (tomo 4.º, dissertação 15.ª). Anote-se que *gótico*, na classificação do sábio diplomata, corresponde ao actual *visigótico*. Feita a advertência, poder-se-á agora transcrever a observação de João Pedro Ribeiro.

«O Gótico falo do minúsculo ou cursivo que aparece nos nossos Cartórios tem um aspecto assás diferente dos exemplares que nos tem produzido os Paleógrafos de Espanha, e com muita especialidade o nosso gótico da Maia...»

⁽¹¹⁾ Lowe, *Studia Palaeographica* (Munique, 1910). Uma exposição pormenorizada desta teoria é feita por Garcia Villada, na sua *Paleografía española* (Madrid, 1923).

exprimem-se pelo modo já referido ou por um sinal assemelhável a um *s*. Inicia-se neste período, posto que não observada com regularidade, uma distinção gráfica do *ti* dental e do *ti* sibilante: uso do *i* simples, no primeiro caso, recorrendo-se ao *i* caudato, igual ao *j*, no segundo caso.

- c) Desde pouco antes dos meados do séc. X até aos princípios do seguinte. As letras são mais separadas e de corpo mais estreito. São particularmente características deste período, ao serem rematados, na parte superior, por uma pequena curvatura, os traços verticais de algumas letras: *b*, *d*, *h*, *i*, *l*. As abreviaturas de *bus* e *que* são agora representadas, quase exclusivamente, pelo sinal idêntico ao *s*. Passa a observar-se uma nítida distinção do *ti* dental e do *tj* sibilante.
- d) A partir dos princípios do séc. XI e até ao final do domínio da letra visigótica. As características evidenciadas nos períodos anteriores são dominadas ou substituídas, pouco a pouco, por outras particulares da letra carolina.

Estes princípios gerais expostos por Lowe mereceram pertinentes observações da parte do Prof. Millares Carlo, quando aplicados, pelo mesmo Lowe, com o propósito de assinalar a data do *Codex Toledanus* da Vulgata, hoje incorporado na Biblioteca Nacional de Madrid, atribuindo-o ao séc. X de acordo com a forma do *m*, do *n* e do *h* e pelo uso do sinal abreviativo de *bus* e *que*, para além de outras particularidades que enuncia. Comenta Millares Carlo:

«Estas afirmações pecam por demasiado absolutas; certo é que no *Codex Toledanus* os arcos do *m*, *n* e *h* são baixos e o corpo das letras pouco esbelto, porém os traços finais das mesmas letras não dobram para dentro como habitualmente. Para mais, não faltam manuscritos de pleno século X [...] em que os traços terminais de *m*, *n* e *h* voltam umas vezes para dentro, outras para fora, sem que se possa inferir, sabendo-se a sua data, que se trata de códices de transição...» Quanto às abreviaturas de *bus* e *que*, refere Millares Carlo que as duas formas de que elas se revestem, coexistindo, parece quererem indicar uma origem diferente: a vírgula curta integrar-se-á num sistema que também

é comum a outras escritas, podendo o outro sinal, assemelhável a um *s*, proceder de um *u* cursivo sobreposto (12).

Para referir apenas algumas das características e particularidades da escrita e da letra visigótica, uma vez que se torna impossível indicá-las no seu conjunto, de tão numerosas que são, tem de se aludir à sua ortografia, na medida em que ela também acusa uma assinalada influência da própria pronúncia dos povos peninsulares. Assim, o *v* é trocado, por vezes, pelo *b* (*bocaverunt*), o *p* pelo *b* (*ibsum*), o *h* pelo *c* (*mici*) e também vice-versa (*amihi*), etc.

2. Designa-se e entende-se por escrita *Carolina* (também chamada *Carolíngia* ou *Francesa*) a «minúscula redonda, assentada, pousada ou erecta» que deriva possivelmente da semi-uncial ou arcáica e começa a substituir, nos séculos VIII e IX, as escritas que derivaram da minúscula cursiva romana (13).

Nesta noção está inclusa, de certa maneira, a filiação da escrita carolina. Porém, o problema das origens dessa reforma caligráfica continua a ser dos mais debatidos, para não dizer que é, mesmo, o mais debatido de todos os problemas que se inserem nos domínios da Paleografia (14).

Não é de fácil explicação, realmente, a transformação que se observa, num prazo relativamente curto, dentro dos *scriptoria* onde imperavam as chamadas escritas nacionais, adaptando-se os seus escribas a uma outra escrita que se afigura, até na sua morfologia — ou, sobretudo, quanto à sua morfologia — inteiramente diferente daquelas.

Integrando-a no *tempo*, poder-se-á dizer que a reforma se

(12) Millares Carlo, *Contribución al «Corpus»...*, págs. 105 ~ segs.

(13) António Floriano Cumbreño, *Curso general de Paleografía...*, págs. 200.

(14) O mais recente estudo sobre a origem e evolução da escrita carolina deve-se a Paolo Collura (*La Precarolina e la Carolina a Bobbio*, Milão, 1943).

Anota G. C. Bascapé, no prefácio que escreveu para este estudo:

Il problema centrale è quello delle scritture precaroline. È noto che a Bobbio, come in altri grandi centri di coltura e di attività calligrafica, la precarolina costituisce quasi il punto di congiungimento di tre influenze calligrafiche: onciale, semionciale e corsiva. L'autore cerca di scervere in quale misura l'una o l'altra prevalga, nel laborioso periodo di formazione della nuova minuscola, e propone una ragionata divisione dei codici in gruppi corrispondenti ai tre tipi.

relaciona com todo o movimento de renovação cultural que caracterizou o denominado Século de Carlos Magno, pelo que lhe é própria a designação de *carolina*. Todavia, não quer a mesma integração significar que deve aceitar-se em absoluto, sem reserva ou discussão, a teoria defendida, outrora, por muitos autores, segundo a qual a reforma que levou à adopção e domínio da letra carolina se deve, simplesmente, a uma decisão do próprio Imperador, por directa influência do monge Alcuino, de origem anglo-saxónica (15).

Foi Leopoldo Delisle o primeiro autor a relacionar a letra carolina com a semi-uncial, admitindo assim uma sobrevivência, quanto à sua localização no espaço, e também a possibilidade de uma evolução que se operou no tempo (16). O exame de ordem morfológica parece conduzir-nos a essa relação, na medida em que atendermos às observações de Prou, quando diz tratar-se de *uma mesma classe de minúscula* submetida a influência de ordem subjectiva (17), e também às observações de Schiaparelli, segundo as quais a uncial e a semi-uncial *libraria* influem sobre a cursiva, atraindo-a ao seu campo, de passo que elas próprias, de algum modo fazendo uma concessão às tendências daquela, se tornam mais espontâneas e ágeis (18).

As observações de Prou levam a concluir que a minúscula carolina resultou da tendência dos escribas que se manifesta através da preocupação de imprimir uma forma regular — e até *elegante*, poder-se-á dizer — à cursiva, aliada a uma outra tendência que também revelam: a de conferir à *letra assentada* uma forma mais simples e de traçado mais rápido. Aliar-se-iam, por esta forma, a clareza ou simplicidade — quanto ao aspecto geral dos caracteres, que desde logo reclamava outro *ductus* — e a rapidez.

Por seu lado, Muñoz y Rivero — dizendo-a introduzida na Espanha nos fins do séc. XI, generalizada no séc. XII e de *uso exclusivo* no séc. XIII, o que não corresponde, anote-se, às con-

(15) Cfr., por exemplo, com o que expõe Fumagalli, na sua *Paleografia* (Milão, 1911).

(16) Delisle, *Mémoire sur l'École caligraphique de Tours*, publ. no tomo 35.º das *Mémoires de la Académie des Inscriptions*.

(17) Prou, *Manuel de Paléographie*, págs. 105.

(18) Vide Schiaparelli, *Il codice 490 della Biblioteca Capitolare de Lucca*, Roma, 1924.

clusões obtidas através do exame de códices e documentos — individualiza a escrita *carolina*, por ele denominada *francesa*, através destas características gerais:

- a) tendência para a forma recta de todas as suas hastes;
- b) contraste dos traços principais, muito acentuados, com os restantes, estes, de tão finos que são, apenas assinalados;
- c) uma constante regularidade na forma e nas proporções dos caracteres;
- d) carácter especial da inclinação dada aos caracteres, de tal modo que os seus traços principais formam ângulo recto com a regra; e
- e) carência absoluta de nexos, até ao ponto de cada letra aparecer isolada das restantes (19).

Do seu uso nos *scriptoria* peninsulares, a partir dos fins do século XI, talvez expliquem o bastante as influências exercidas por elementos franceses no domínio da própria Liturgia, como no desenvolvimento e reforma do monaquismo, para não referir circunstâncias relacionadas com a mesma Reconquista. Acentue-se, porém, que não são atribuíveis a data anterior aos princípios do século doze quaisquer dos códices litúrgicos, de origem peninsular, que se caracterizam pela sua escrita *carolina*, o que corresponde a dizer-se, como admite a crítica do nosso tempo, não ter sido iniciado o seu uso, ao contrário do que pretendiam antigos cronistas, depois de proibida, para esses mesmos códices e num possível concílio reunido em Leão (nos anos de 1090 ou 1091), a letra visigótica (20).

O predomínio da letra *carolina* nos documentos não se verificou simultaneamente com o início do seu uso nos códices. Com efeito, manteve-se um maior apego à escrita tradicional, na sua forma cursiva, da parte dos escribas que exerciam a sua actividade nos *scriptoria* onde eram lavrados esses documentos, nomeadamente naqueles que se localizavam em terras do Norte. E esta é uma

(19) Vide Muñoz y Rivero, *Manual de Paleografía diplomática española* (Madrid, 1917, 2.ª edição).

(20) Vide Garcia Villada, *Paleografía Española...*, pág. 87.

razão bastante para explicar o facto de ter sido relativamente curto o uso da nova letra na sua expressão pura: surgia, entretanto, uma outra reforma caligráfica e, com ela, uma nova cursiva, a exprimir com maior nitidez reflexos de natureza subjectiva.

Num estudo dedicado a um documento de 1234 (carta de doação de propriedades situadas na província da Corunha), observa o seu autor, Martinez Salazar, que apesar da influência francesa verificada na Galiza por esse tempo, ainda nos últimos anos do século doze ali se lavravam documentos que só denotam influência carolíngia num ou outro dos caracteres. Este atraso — conclui o mesmo autor — pode obedecer a diversas causas: à resistência que a Galiza opunha, nesse tempo, a toda a inovação, como sucedeu na Arte; à natural e obstinada resistência das pessoas que sabiam escrever e não desejavam substituir por outros caracteres aqueles que haviam aprendido; etc. ⁽²¹⁾.

Estas observações encontravam também fundamento nos exemplos oferecidos por documentos particulares lavrados nos *scriptoria* da Terra Portucalense. Como se verifica em relação aos documentos da Galiza, também aqui só a minúscula visigótica redonda acusa, a partir do séc. XII, a influência carolina (no *ductus* e forma de algumas letras e ainda no sistema braquigráfico). Quanto à cursiva, a mesma influência limita-se, de início, às abreviaturas ⁽²²⁾.

3. Com o início da adopção de um novo estilo architectónico, ao findar o séc. XII, coincide a reforma caligráfica denominada gótica, à semelhança do mesmo estilo. Pretende-se ver no conjunto de ângulos e traços verticais que formam as suas letras — e logo a imprimir-lhes a *fractura* que caracteriza o seu aspecto — alguma influência do que é próprio do estilo gótico: quer o gosto pela ogiva, quer a configuração hierática das linhas verticais. Por outro lado, também se nota que o carácter individualista que conduziu a essa reforma architectónica foi o mesmo que se observou, nalguns *scriptoria*, quando a escrita carolina entrou no

⁽²¹⁾ Vide A. Martinez Salazar, *El ultimo representante de la letra visigotica*, no *Boletín de la Real Academia Gallega*, vol. VIII, 1913.

⁽²²⁾ Para o caso dos documentos das Astúrias e da Galiza, v. o que expõe o Prof. Millares Carlo, na sua *Paleografía Española* (vol. I, págs. 185 e segs.).

período de decadência, degenerando aos poucos, segundo alguns, ou prosseguindo uma evolução, no parecer dos investigadores que, hoje, mais apaixonadamente estudam as reformas caligráficas dos fins da Idade Média.

A este respeito, exprime-se Lowe nos termos seguintes:

«Abramos um dos muitos *saltérios* ou *livros de horas* do século XIII e parecer-nos-á que estamos a ver o texto através de uma fila de janelas góticas, graças ao efeito produzido pelos muitos elementos verticais e ponteagudos e a eliminação dos traços redondos. O domínio dos traços verticais fortemente sombreados confere à página a misteriosa semi-obscuridade de uma capela gótica, na qual todos os elementos arquitectónicos se fundem num conjunto harmonioso» (23).

Estas observações podem ser pertinentes pelo que diz respeito a pormenores de ordem morfológica. Não o são, todavia, ao menos num sentido exclusivista, quanto à origem e à própria designação da escrita. Com efeito, não pode ser esquecido, por exemplo, que se deve aos humanistas de Quatrocentos, e usada com um propósito depreciativo, a designação de *gótica* dada a semelhante escrita, uma vez que esses letrados pretendiam o regresso ao uso pleno da *littera antiqua*. E posto que outras designações lhe tenham sido dadas, tais como *angulosa*, *monacal* e *escolástica*, o certo é que prevaleceu a de *gótica*, ainda hoje usada não apenas no domínio da Paleografia, mas também no da Tipografia.

Em síntese, poder-se-á dizer, como Paoli, que sejam quais forem as transformações sofridas pela letra carolina até se revestir da forma da gótica, a verdade é que esta «começa a mostrar-se na segunda metade do século XII, domina sem rival nos países de escrita latina nos séculos XIII e XIV, resiste quanto pode ao renascimento humanístico do século XV e perdura ainda no século XVI» (24).

Com uma possível e remota origem na evolução da caligrafia

(23) E. Lowe, no capítulo da sua autoria, dedicado à escrita, da obra *The Legacy of the Middle Ages*, publicada pela Universidade de Oxford.

(24) Paoli, *Programma scolastico di Paleografia latina e di Diplomatica* (Roma, 1888, primeiro volume).

do *scriptorium* da abadia de Monte Cassino, que aos poucos se revestiu de uma forma a denotar a tendência para a *fractura*, foi, porém, nas regiões setentrionais da França, pelos meados do século doze, que a letra gótica iniciou o longo período do seu predomínio.

Determinadas condições comuns a toda a reforma caligráfica, resultantes sempre da preocupação do mínimo esforço e também do gosto do meio ou da época, aliaram-se a outras particulares do momento histórico em que a gótica surge: o *studium generale*, como escola pública aberta a grande número de escolares, exigiu a multiplicação das cópias dos textos e, com ela, não apenas mais escribas para a preparação dos códices, mas também um tipo de escrita que lhes facilitasse a tarefa. E esse tipo não foi mais do que a resultante de um certo *maneirismo*, como anotou Paoli, que veio a coroar a evolução da minúscula carolina.

Cabe aqui uma anotação sobre o uso e evolução da chamada escrita gótica no nosso País, tanto na sua expressão de *libraria*, como na de cursiva.

Ao prolongar-se, com tal uso, a evolução da escrita latina, a *gótica libraria* não acusou, em Portugal, diferenciações acentuadas e que, por o serem, viessem a afastá-la dessa mesma expressão que era comum a outros países. Um códice originário de um *scriptorium* português assemelhava-se, de algum modo, a qualquer outro proveniente de um *scriptorium* estrangeiro. Outro tanto não se verifica relativamente à *cursiva*: aos poucos e nos diversos *scriptoria* do nosso País, vem ela a revestir-se de características que de algum modo a individualizam.

Poder-se-á reconhecer, com efeito, que a chamada *cursiva gótica*, no tempo e no espaço, é bem, aqui, a projecção da carolina evoluida. E onde melhor se acentuam pormenores que nos habilitam, pelo menos, a uma dedução como esta, é, de facto, em Portugal, onde a *gótica documental* — e talvez seja preferível classificá-la assim — jamais acusou em exclusivo a influência da angulosidade, mantendo-se de forma redonda e expedita e só adaptada ao gosto do tempo na medida em que transigiu, por vezes, com o uso excessivo de traços sem valor, que mais não eram do que testemunho de mero capricho ou efeito decorativo.

4. A chamada *gótica documental*, projectando, no campo da evolução, a minúscula, reveste-se de duas formas diversas que

coexistem num paralelismo susceptível de dificultar a atribuição de data a um texto: com efeito, tanto se mostra continuadora de uma letra assentada e lenta, quanto acusa a tendência para uma cursiva expedita. E esta, continuada a evolução, desdobra-se em dois tipos: o primeiro com os caracteres de hastes ascendentes e descendentes muito curtas, traços finos e módulo reduzido (ou *minutíssimo*, como dizia João Pedro Ribeiro) e o outro com os caracteres de hastes mais acentuadas, traços mais grossos e módulo variável.

Acentuando que só no século XIV «é que se vulgariza a cursiva nos Documentos», observa ainda João Pedro Ribeiro que, com a sua vulgarização, a escrita cursiva «gradualmente se vai enredando até tomar o aspecto o mais estranho, e diversificado nos Documentos dos Tabeliães e Escrivães; e isto até os nossos tempos. Com tudo ordinariamente, desde o princípio do Reinado do Senhor D. João IV, e meio do século 17, se encontra alguma melhoria, nos Diplomas ao menos»⁽²⁵⁾.

Esta anotação de João Pedro Ribeiro contém o essencial sobre a evolução que conduziu da *cursiva gótica* à letra *processada* e *encadeada*, obtida ou imposta pela lei da simplicidade e rapidez. Sempre que há o propósito de recorrer a um tipo caligráfico de mais fácil leitura, sobretudo da parte das chancelarias, verifica-se, simultaneamente, o regresso ao uso da *littera antiqua* evoluida, tal e qual como aconteceu quando da adopção da *humanística*.

Observa B. L. Ullmann, no mais recente estudo sobre a origem e evolução da escrita denominada *humanística*⁽²⁶⁾, haver sido a influência exercida pela criação das universidades no desenvolvimento da *gótica*, de modo especial na França, na Inglaterra e na Alemanha, a mesma que contribuiu para que a *carolina* prolongasse o seu domínio na Itália.

Depois de enunciar as principais características da escrita gótica — compressão lateral, angulosidade, sobreposição (ou fusão) das letras *redondas*, como no caso do agrupamento *do*, e ainda o elevado número de abreviaturas — Ullmann expõe e relaciona as suas observações, de modo a poder sugerir uma conclusão:

⁽²⁵⁾ João Pedro Ribeiro, *Dissertações...*, vol. 4.º (dissertação 15.ª).

⁽²⁶⁾ B. L. Ullman, *The origin and development of Humanistic Script*, Roma, 1960.

«Enquanto, por toda a parte, a *Carolina* degenerava, na Itália permanecia, relativamente pura e graciosa. A escrita arredondada, de grandes proporções, dos manuscritos italianos do séc. XII, destaca-se dentre todas as outras escritas, mais ou menos toscas, que se desenvolvem por toda a parte.

«É verdade que a *Gótica* também se espalhou pela Itália mas, regra geral, não se tornou tão exagerada como do outro lado dos Alpes. Além disso, existia uma forma decididamente restritiva num centro universitário influente e importante: a Universidade de Bolonha, onde o recente interesse por *Justiniano* proporcionara o aparecimento de numerosos e belos códices desse autor, como de outros, numa escrita muito apropriadamente denominada de «rotunda», muito embora fosse *Gótica*.

«Uma alteração desta permaneceu, na sua melhor expressão, nos belíssimos livros-de-mão do norte da Itália, no séc. XIV.

«A universidade de Bolonha também não deu pequena contribuição ao incipiente humanismo italiano, frequentada como foi por Petrarca, Coluccio, Salutati e outros dos primeiros humanistas. Os humanistas do séc. XIV, homens que liam muito (mais, talvez, do que os seus predecessores), preferiam os manuscritos com letras enormes e claras, a «*littera antiqua*», ou seja, a letra carolina dos sécs. IX a XII, e, particularmente, talvez a letra italiana do séc. XII a que já nos referimos.

«Petrarca, Bocaccio, Salutati e muitos outros escreveram na legível letra *Gótica*, menos formal que a «rotunda», não comprimida nem angular, mas conservando os mais importantes elementos góticos de fusão. Neste particular, refiro-me aos seus livros-de-mão e não ao cursivo notarial».

Estas observações de Ullmann denotam que é bem apropriada a designação de *humanística* atribuída ao tipo caligráfico da *libraria* — embora também usada, por vezes, essa mesma letra, como *epistolaris* — que vem a coexistir com a gótica a partir dos fins do séc. XIV e que teve maior uso na centúria seguinte. Com efeito, tendo sido os humanistas quem veio a impor, com a sua preferência, a *littera antiqua*, também foram eles quem prolongou, desse modo, o domínio da *carolina*, conduzindo-a ao renascimento que teve, depois, a sua consagração através da tipografia e com a adopção dos caracteres *redondos* ou *romanos*, de par com os góticos.

APÊNDICE II

PROGRAMA DO CURSO DE PALEOGRAFIA DA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO

1. *Introdução ao estudo da Paleografia.*

1. 1. Conceito e objecto da Paleografia: da polémica dos bolandistas com os monjes de São Mauro ao *De re diplomatica*, de Mabillon; uma nova ciência, a Diplomática, madre de outra ciência, a Paleografia.

1. 2. As escolas francesas, italiana, alemã e espanhola, nos sécs. XVIII e XIX: orientação dos estudos da Diplomática e estruturação dos estudos da Paleografia.

1. 3. A Paleografia, como ciência autónoma e madre de outras novas ciências (a Endótica, a Codicologia, etc.).

1. 4. Dois séculos de estudo da Paleografia e da Diplomática em Portugal. O mais antigo curso oficial de Paleografia da Europa: o português. Das lições do Doutor João Pedro Ribeiro aos estudos do Doutor Rui de Azevedo.

2. *Iniciação à técnica paleográfica*

2. 1. A matéria (suporte de escrita) dos diplomas e dos códices. Tabuinhas de cera. Papiro. Pergaminho. Papel. Os instrumentos da escrita.

2. 2. A forma mecânica dos diplomas e dos volumes. O rolo

e o códice como formas diversas de agrupamento de folhas. Distinção de *livro* (unidade intelectual) e *volume* (unidade material).

2. 3. Descrição de um diploma e de um códice: o que importa referir, do conjunto das suas características internas e externas.

2. 4. Normas de transcrição de textos.

3. *Evolução da escrita latina.*

3.1. Noções gerais sobre o estudo de uma escrita e da sua evolução. Escrita *a um tempo* e escrita *a mais de um tempo*. Forma, ângulo, *ductus*, *módulo* e *peso* dos caracteres.

3. 2. Origem e evolução do alfabeto latino.

3. 3. Os diversos tipos e categorias de letras, dentro de um só alfabeto. A *maiúscula* e a *minúscula*. A *libraria* (assentada, caligráfica) e a *epistolaris* (cursiva, expedita).

3. 4. Os diversos critérios seguidos na divisão e classificação das fases sucessivas da evolução da escrita latina. Da *capital arcaica* à escrita do nosso tempo.

3. 4. 1. A cursiva romana e os últimos estudos de Charles Perrat, de Battelli e de Jean Mallon.

3. 4. 2. A *uncial* e a *semi-uncial*.

3. 4. 3. As escritas denominadas nacionais ou pré-carolinas; as continentais: lombarda, merovíngia, visigótica. Novos códices e fragmentos de códices de letra visigótica encontrados em Portugal: anotações de Frei José Matoso e de João Martins da Silva Marques, estudos do Rev.^o Doutor Avelino de Jesus e Costa e do Doutor António Cruz.

3. 3. 4. A reforma caligráfica denominada *carolina* (ou francesa). A reforma *gótica*. A reacção traduzida pela reforma humanística.

4. *Teoria da braquigrafia.*

4. 1. Dos *nomina sacra* ao tipo de abreviaturas (as das apostilhas dos sécs. XV-XVIII) estudadas pela Endótica: um *hábito* de escrita. Como interpretar uma abreviatura.

4. 2. O *acto de ler*. As letras ou sílabas *mais determinantes* no conjunto de uma palavra e, nos traços que formam uma letra, quais as partes também mais determinantes: um novo critério para a explicação e compreensão das abreviaturas.

4. 3. As siglas (*litterae singulares*), as notas tironianas, as abreviaturas jurídicas (*notae juris*) e os nomes sagrados (*nomina sacra*).

4. 4. As várias expressões e características do sistema braquigráfico. As abreviaturas de suspensão (ou apócope) e de contracção (ou síncope). Abreviaturas representadas por sinais especiais (de valor próprio), por sinais gerais e por letra sobreposta.

4. 5. Letras conjuntas, enlaçadas e inclusas. O que é um *labirinto*. Sinais de pontuação.

5. *Fundos arquivísticos que interessam ao estudo da Paleografia portuguesa.*

5. 1. A origem dos cartórios portugueses. Determinações de protecção aos cartórios anteriores às «Ordenações Manuelinas» ou nelas contidas, como disposições de carácter e aplicação geral. A organização dos cartórios particulares.

5. 2. Os grandes arquivos nacionais: a sua origem, organização e natureza dos seus fundos (Torre do Tombo, Arquivo da Universidade de Coimbra, Histórico Ultramarino, Histórico Militar, Histórico do Ministério das Finanças, Histórico do Ministério das Obras Públicas).

5. 3. Arquivos distritais. Arquivos Municipais (de Lisboa, do Porto, de Coimbra, de Braga, de Guimarães, etc.). A primeira prospecção feita nos cartórios municipais por João Pedro Ribeiro,

que examinou, para além de alguns acima indicados, os de Viana do Castelo, Vila Real, Ponte de Lima, Caminha, Vila Nova de Cerveira, Vila do Conde, Barcelos, Torres Vedras, Aveiro, Valença do Minho, Leiria e Lamego.

6. *A decoração dos códices.*

6. 1. O que se entende por decoração. A *miniatura* e a *iluminura*. Letras decoradas.

6. 2. A decoração de códices na Península: sua origem e evolução.

6. 3. A decoração dos códices preparados nos *scriptoria* portugueses. As escolas de Lorvão, Santa Cruz de Coimbra e Alcobaça.

6. 4. A decoração na Chancelaria Régia: os livros da *Leitura Nova*; os códices da reforma manuelina dos Forais, etc..

A última parte do curso (final do segundo semestre escolar) é pedicada ao estudo da Diplomática (noções elementares).

ANOTAÇÕES ÀS ILUSTRAÇÕES

Para ilustração do texto do *Apêndice I*, reproduzem-se, a seguir, páginas dos quatro *códices visigóticos* que pertenceram à *livraria de mão* do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e estão hoje integrados na secção de manuscritos da Biblioteca Pública Municipal do Porto (=BPMP.):

Estampa 1 — BPMP., código n.º 23 (antigo n.º 4 de Santa Cruz).

Estampa 2 — BPMP., código n.º 469 (idem, n.º 30).

Estampa 3 — BPMP., código n.º 837 (idem, n.º 51).

Estampa 4 — BPMP., código n.º 800 (idem, n.º 47).

Observa Robert Marichal ⁽¹⁾ que a escrita gótica, depois de ter conferido uma unidade gráfica à Cristandade, no séc. XIII, logo evoluiu em diversos sentidos e através de escritas especiais, a ponto de os paleógrafos italianos, por exemplo, chegarem mesmo a estabelecer uma distinção, para o seu caso particular, entre as *chancelleresche*, as *notarili* e as *mercantesche*. Para o caso de Portugal, aludimos já à evolução que a mesma escrita veio a conhecer nos nossos *scriptoria*, revestindo-se aí, algumas vezes, de características particulares.

Apenas como exemplo e para melhor ajuizar dessa evolução, reproduzem-se também, a seguir, páginas de códices e diplomas,

(1) Robert Marichal, cap. cit. da obra ref. a págs. 45.

umas e outros a documentarem alguns dos aspectos oferecidos pela *libraria* e pela cursiva.

Estampa 5 — BPMP., códice n.º 41 (antigo n.º 18 de Santa Cruz).

Estampa 6 — BPMP., códice n.º 114 (idem, n.º 24).

Estampa 7 — BPMP., códice n.º 1159 (idem, n.º 85).

Estampa 8 — BPMP., códice n.º 97 (idem, n.º 52).

Estampa 9 — Arquivo Municipal do Porto (=AMP.), *Livro 1.º de Pergaminhos*, Doc. datado de 20 de Julho de 1317.

Estampa 10 — AMP., idem. Doc. datado de 25 de Novembro de 1321.

Estampa 11 — AMP., idem. Doc. datado de 9 de Agosto de 1353.

Estampa 12 — AMP., idem. Doc. datado de 26 de Abril de 1390.

Estampa 13 — AMP., *Livro Grande* (certidão passada por Fernão Lopes, que a encerrou e autografou, a requerimento do concelho do Porto).

Mirabilia arcamonia cuius sparu seruari est cu anu mai.
 Abulit oruago uerum cum pudisti oru. Ancaum ppric missuagionis
 arcamonit. conuacit. hoc est dicere. & o morderio sermonis loquas ma.
 panti. no audeo laiare oclor adat dm unum. sed audie me adspandum
 uctiu amonitum induleciantum auailis puocata. Mirabiliu arcamo-
 niu cui cum abruha. am lapsu incum uuculis offasus qre dm. ua
 caldeoy oru. puaru cognuagionem relinquit. aduacit uirgias & ge-
 as audita. cum hebray pplm apuacitne studio nobilitatis uisum. &
 ules qas & ppa sup diuina munitu pferat. no solum soliditas rubi
 magis flucab' libasit. uctum qm aruipus plurimus. ueritas adqum.
 & ubat are possessione donata adge. ma am. Te focus seruitat desc-
 ruit. & belloz uacitauat deffus inuocauit. & uacitauit auis obliu-
 asit. & sicut. Te his naue ducm sibi celestis milicie uasit co. noua
 & p' aruipuaru ua mudi sibi d'ureat. offiditua. & ar ua mudi
 unograt oru. Tibi insuul re. & no obampaua. ua de eo alitugate
 aruipus. r' ad p'curat qre. qe. uia. ua de alitugate uicorru
 repositat. & q' p'curat au sm licu' f' & confessione p'ca uctiu
 repositat. Sulcham' iariq' uat'iculus. aduacit cohoruagione. D'atq' pro-
 ph'etia. anu. sic p'ie in melius. du mirabile q'edua di arcamoni. & q'
 onidua. diligat indacine quatu. Proferat qu'is. agnosce celus uo-
 sculis qui seruat. Manifesta uo sermonum auorum illuminat me.
 & in aellecum d'at puruulis. In euctio cum m'at' & d'eplos suos
 ihis. ad dm ihm. d'cebat. Tu es qui uacitatus es anulum ex p'caum.
 responda ihis. cecos uidere. claudos ambulare. r' uidos audire. hoc
 enim ad uacitatus sui arcamoni fore. p'prium p'ium significauitua.
 huc & que unuagiuua p'p'ius. in euctio manifestauitua. & qd' ipse locu-
 atus est p'p'ius. in euctio ipse compleuit. Ipsi' & sermo & uacitatus p'p'ius.
 sca habet scriptam. Audi celum. & auribus p'p'ie arum. qm dm locu-
 atus est. In aelleca' & d'uctus e. i' his qui p'p'cau' sup'icatu' no habent.
 dum m'at' locu'at. morari resuscitantur. h'ic am signis in aellecau' e
 abhis qui r'ides & uacitatus. & adhuc q'it incunabulis fidei conseruatur.
 ua erua p'p'ie nuagionum. ipsum uacitatus q' ex p'caubua. Illuminat &
 fidei claritauit. resurrexerunt sue q'lu. diuinoz opum p'cauacitua. &
 in aellecum d'at puruulis. Quib' uacitatus n' de q'bus in euctio q'rus uacitatus
 puat meo qd' ipse opurca' filius. quod m'at'iu sui d' subcon d'isse

**DE NUBENTIBUS
IN RITUALI
ET VITAE
IN LIBRO EVSE
BI HERONNI
CONTM IOVINIANVM**

In utroqueq[ue] conuincit[ur] denubendo ut
si capam conuincit sic dicitur. v[er]um p[ro]
p[ro]p[ri]etatem maxime infidelit[er]. **xi**
Item in libro s[an]cti i[er]onimi coquid[ur] n[on] a[ut]em
et omni il inlupide il m[er]ito desolo estu libri
dicit[ur] u[er]o q[ui] conuincit. **xiii** Quia uxor
p[ro]p[ri]a uxor[is] p[ro]p[ri]a non habetur. sed
ut s[an]cti. **xv** Quia non debet[ur] fraudare
conuincit. nisi et contentis adu[er]s[us] ut uicinat
conuincit. **xvi** Quia ordines conuincit uicinat
xvii De indulgentia conuincit. **xviii** Quia
uicula apli d[icitur] e[ss]e e[ss]e scripta. **xix** Quia uodun
q[ui]s p[ro]p[ri]um habet dorum e[ss]e. **xx** Quia
Dempas d[icitur] d[icitur]. **xxi** Obstantia d[icitur]
u[er]o m[er]ito e[ss]e n[on] habere qui est. **xxii** Quia qui
nuarimonia uia t[er]ra n[on] t[er]ra et d[icitur] d[icitur]
abnuicet. i[tem] p[ro]p[ri]a p[ro]p[ri]a uicinat.
Et qui n[on] t[er]ra cu[er]am p[ro]p[ri]a hab[et]
atq[ue] t[er]ra t[er]ra t[er]ra n[on] t[er]ra conuincit.
xxiii De e[ss]e uicinat d[icitur] t[er]ra est lib[er]iq[ue]
uocatur. **xxiiii** O r[ati]o apli u[er]o
s[an]ctus uocatur e[ss]e. id est am[er] uxor adf[er]
dem t[er]ra u[er]o t[er]ra q[ui] t[er]ra t[er]ra
pudiciam opum d[icitur] d[icitur]. Et

qui qui s[an]ctus uocatur e[ss]e. lib[er] e[ss]e d[icitur]. **xxv**
Similia aq[ui] lib[er] uocatur e[ss]e. s[an]ctus e[ss]e e[ss]e. **xxvi**
xxvii De e[ss]e uicinat n[on] t[er]ra p[ro]p[ri]a
sed conuincit d[icitur] s[an]ctus v[er]o u[er]o apli boni
est: absq[ue] conuincit e[ss]e p[ro]p[ri]a m[er]ito
necessitatur aq[ui] s[an]ctus cu[er]am u[er]o p[ro]
aurum sic nuarimonia d[icitur] p[ro]p[ri]a. et
allic[er]at[ur] u[er]o n[on] t[er]ra s[an]ctus p[ro]p[ri]a
xxviii Quia u[er]o q[ui] uicinat uxor n[on] p[ro]p[ri]a
aq[ui] u[er]o t[er]ra t[er]ra. n[on] p[ro]p[ri]a e[ss]e
hi quise n[on] dum d[icitur] deuocatur. **xxix**
xxx Quia oportuna p[ro]p[ri]a uicinat p[ro]p[ri]a
u[er]o qui habet uxor[is] aq[ui] n[on] habet
atq[ue] n[on] t[er]ra. **xxxi** Quia sine uxor[is]
e[ss]e sollicit[us] e[ss]e q[ui] p[ro]p[ri]a d[icitur]. **xxxii**
xxxiii Quia cura n[on] t[er]ra cum d[icitur] apli.
Siquis conuincit uicinat suam sup[er]
adulterium. **xxxiiii** Si suba u[er]o quidam s[an]ctus
nuptis. sed p[ro]p[ri]a n[on] t[er]ra. **xxxv**
xxxvi De e[ss]e uicinat uicinat. **xxxvii**
O m[er]ito licet[ur] sed n[on] o[mn]ia d[icitur] t[er]ra.
Et relinquit homo p[ro]p[ri]a am[er]it[er]it[er]. a
adhabet uxor[is]. s[an]ctus hoc magnum
s[an]ctus uicinat. atq[ue] d[icitur] d[icitur] uxor[is]
t[er]ra u[er]o. **xxxviii** Quia u[er]o t[er]ra t[er]ra
uicinat t[er]ra t[er]ra. Et qui
curat atq[ue] uicinat d[icitur] d[icitur] d[icitur]
m[er]ito hominib[us]. Et qui bonum e[ss]e t[er]ra
mundicare curat. n[on] t[er]ra uicinat.
Nuptis p[ro]p[ri]a uicinat e[ss]e. **xxxix**
xl Quia cura uicinat e[ss]e. Et qui uicinat
n[on] t[er]ra u[er]o uicinat sic d[icitur] d[icitur]. **xli**
Quia p[ro]p[ri]a u[er]o p[ro]p[ri]a uicinat t[er]ra
uicinat uxor[is]. **xlii** Quia u[er]o t[er]ra
co nos q[ui] u[er]o u[er]o u[er]o u[er]o



EXCITO
DOMINUS
DOMINO
DEO SE
DE ADE

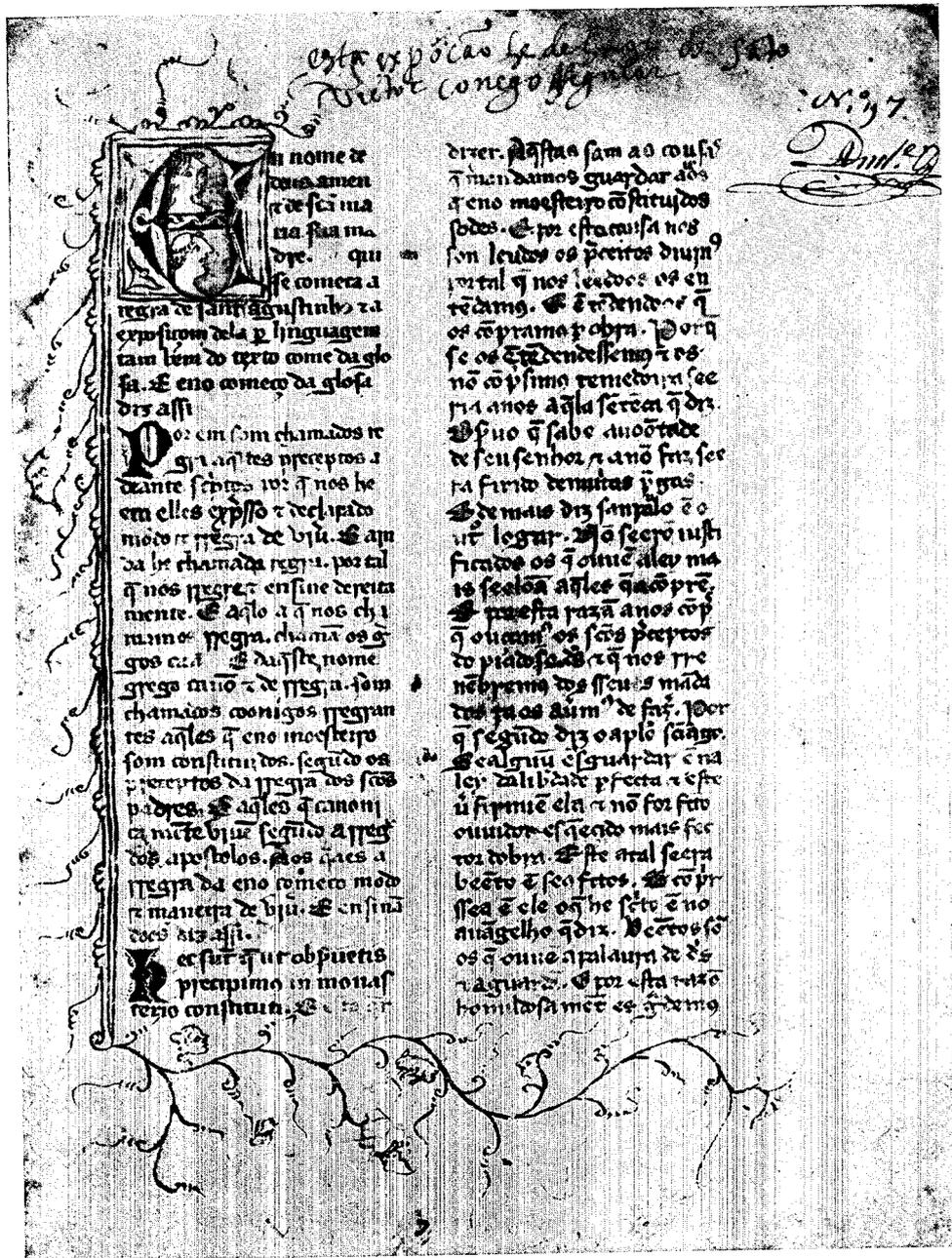
Donec ponam inimicos tuos: scabellum pedum uozum.
scabellum pedum uozum.

Urgam uirtus tue emittet dñs ex syon: do
minare in medio inimicorum tuorum.

Tecum propitium in die uirtus tue. in plen
tudo sator: exiit ante luciferam genui te.
uirtus dñs: et uirtus penitenti: cū tu es sacerdos



XIII



ESTAMPA 8

Dabha edros q' foy aq' d'os do nome Chanc - Cabido de p'ra
 damos r'oum' q'amos de p'ra ams y' q' q' d'os filha de Domingo q' h'anes
 Cabidamarlo molit' q' foy d'afim' p'raes q' hermap - p'brar - r'as h'uy' r'as
 q' foy de os Capues - id' h'amos q' nos r'ogades d'nos emp'zados en d'obra
 q' nos auides esse hermap - r' p'br - d'nos en p'ramo en dias de n'ossa
 vida c'ap'lam' - r' esto nos fazemos p' amor q' nos - nos r'os amest'os - amedes
 aa d'ora de p'ra. E q' r'efen'os d'os d'anos ams q'ra ca ab'ora - r' p'clada de
 n'ossa p'cl'ada. D'os no Cabido de p'ra - q' p'ra - r'ing' dias de p'ra
 E q' de mil' r'egentas - r' c'ing'enta - nome d'nos.

D'ing'os v'ida &

